



CFC

E-BOOK

Exame CFC 2024.1

PROVA COMENTADA

APRESENTAÇÃO

Olá, futuro Contador!

É com imensa satisfação que apresentamos o e-book da prova do concurso do Exame CFC 2024.1 resolvida! Nossos melhores professores resolveram essa prova, explicando cuidadosamente os assuntos mais difíceis!

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que vocês resolvam diversas questões de concursos passados, sabemos que este material será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-los mais perto de sua aprovação.

Estamos com você nesta jornada rumo ao seu registro profissional!

Sucesso nos estudos!

Faça parte do grupo de estudos do Estratégia CFC no WhatsApp! 🦉

Use o QRCode abaixo e entre agora mesmo no grupo do CFC.



SUMÁRIO

LISTA DE QUESTÕES	4
QUESTÕES COMENTADAS	26
GABARITO	92



Estratégia
Concursos

LISTA DE QUESTÕES

1. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Os adjetivos podem representar estados, características, qualidades ou relações. Assinale a frase em que o adjetivo sublinhado indica um estado.

- A) Profetizar o futuro não é difícil, mas é perigoso.
- B) Para o homem trabalhador, o tempo é elástico.
- C) Estamos sempre preocupados com o que vai acontecer.
- D) O futuro é a mais valiosa fonte de renda da imaginação.

2. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) O escritor Érico Veríssimo falou sobre o consumidor: O objetivo do consumidor não é o de possuir coisas, mas de consumir cada vez mais e mais, a fim de com isso compensar seu vácuo interior, sua passividade, sua solidão, seu tédio e sua ansiedade. Seguindo a opinião do autor, o consumidor inveterado

- A) pretende possuir cada vez mais.
- B) procura compensar algumas deficiências.
- C) mostra tendência a economizar exageradamente.
- D) vive permanentemente com dificuldades econômicas.

3. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Um determinado investimento foi realizado em 31/12/20X1, sob o regime de juros compostos, cuja taxa era de 2% ao mês. O aporte inicial foi de R\$ 12.000. O valor total dos juros obtidos na operação, se ela for liquidada em 31/12/20X2, é de

- A) R\$ 15.218,90.
- B) R\$ 14.880,00.
- C) R\$ 3.218,90.
- D) R\$ 2.880,00.

4. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma firma de auditoria foi contratada para realizar um trabalho em uma empresa do ramo automobilístico. Os auditores independentes definiram, em seu processo de amostragem, que irão selecionar a partir do método aleatório (disposto como um dos principais pela NBC TA 530 – Amostragem) apenas uma nota fiscal de venda por mês para sua posterior análise. Para o mês de novembro de 20X1, as notas fiscais de venda foram assim distribuídas:

Cor do veículo / Tipo de câmbio	Câmbio manual	Câmbio automático
Preto	5	7
Prateado	7	6

Considerando o exposto, a probabilidade de que seja selecionada uma nota fiscal referente à venda de um veículo de cor preta e de câmbio manual na amostragem de novembro de 20X1 é igual a

- A) 5%.
- B) 20%.
- C) 25%.
- D) 50%.

5. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) A sociedade empresária Delta acabou de ser constituída, o que foi feito com estrita observância da sistemática legal, tendo por objeto a venda de livros. No dia imediatamente anterior ao início de suas atividades, os sócios da Delta questionaram o seu contador sobre a respectiva carga tributária, mais especificamente a respeito dos tributos que Delta estava obrigada a recolher. O contador respondeu corretamente que Delta, em razão do seu objeto social,

- A) não recolheria nenhum tributo.
- B) somente recolheria impostos.
- C) recolheria taxas.
- D) somente recolheria contribuições de melhoria.

6. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) João comunicou a Maria que:

- I. a Lei nº X, editada pela União, disciplinou as situações em que poderia ocorrer a renúncia a determinada posição jurídica;**
- II. a renúncia, para ser válida, deveria observar os estritos termos legais;**
- III. Pedro renunciou a um direito que deixou de integrar a sua esfera jurídica e, automaticamente, passou a integrar a esfera jurídica de Maria.**

Nas situações descritas por João em I, II e III, estamos perante, respectivamente, os denominados:

- A) poder estatal, direito positivo e direito natural.**
- B) direito objetivo, direito natural e faculdade jurídica.**
- C) direito positivo, direito objetivo e direito subjetivo.**
- D) direito subjetivo, direito natural e dinâmica relacional.**

7. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Pedro é empregado, há exatos três anos, da sociedade empresária Alfa, que cumpria todas as suas obrigações, a começar pelo rigoroso pagamento do salário mensal dos seus empregados. No entanto, Maria, sua superior hierárquica, decidiu que Pedro não vinha cumprindo a contento suas obrigações, logo, deveria ser demitido. À luz desse quadro, Maria consultou o Departamento de Recursos Humanos em relação à concessão de aviso prévio a Pedro, sendo-lhe corretamente informado que

- A) cabe a Alfa optar pela concessão de aviso prévio ou pela permanência de Pedro em casa, sem remuneração.**
- B) o aviso prévio a ser dado a Pedro é de 30 (trinta) dias.**
- C) é necessário o pagamento de indenização correspondente a um mês de trabalho.**
- D) o aviso prévio a ser dado a Pedro é de 39 (trinta e nove) dias.**

8. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) A ética pode ser aplicada em praticamente todas as nossas ações. Em algumas, ela terá um peso maior que em outras e o importante é buscar agir de acordo com princípios morais e valores alinhados ao que consideramos mais justo para nós e para os outros. Isto é, pensar no que faz mais sentido para o contexto e a melhoria de todos e não apenas em nosso próprio ganho pessoal.

<https://mariaceciliagomes.com.br/entendendo-etica-e-sua-importancia-na-vida-de-cada-um/>

Com base na reflexão, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V):

() No ambiente de trabalho, a ética é fundamental para garantir um ambiente saudável e produtivo entre as pessoas.

() Agir de forma ética pode ser ter uma postura respeitosa em relação aos colegas, clientes e fornecedores; manter a confidencialidade das informações e evitar conflitos de interesse.

() A ética envolve tomar decisões justas, cumprindo as leis e normas regulatórias e considerando o impacto de nossas ações em relação aos outros. As afirmativas são, respectivamente,

- A) V – V – V.
- B) V – F – F.
- C) F – V – V.
- D) F – F – F.

9. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Na aplicação das sanções éticas, avalie os itens a seguir:

I. A gravidade da infração.

II. A punição ética anterior transitada em julgado.

III. A aplicação de salvaguardas.

IV. A ação ou omissão que macule publicamente a imagem do contador.

Podem ser considerados agravantes os itens

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e III.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.

10. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Avalie, com base no Código de Ética do contador, se os deveres do contador incluem, entre outros:

I. exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público, os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;

II. recusar sua indicação em trabalho quando reconheça não se achar capacitado para a especialização requerida;

III. guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade. Está correto o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

11. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional. Desse modo, presume-se que a entidade não tem a intenção e nem a necessidade de

- A) tornar-se internacional.
- B) modificar a sua atividade-fim.
- C) entrar em liquidação ou deixar de negociar.
- D) expandir os seus negócios para outras localidades.

12. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Desreconhecimento é a retirada de parte ou da totalidade de ativo ou passivo reconhecido do balanço patrimonial da entidade. O desreconhecimento normalmente ocorre quando esse item não atende mais à definição de ativo ou passivo, que expirou, foi consumido, recebido, executado ou transferido. A máquina utilizada para a produção do principal produto de uma determinada entidade deve ser desreconhecida quando

- A) perder todo o potencial de produzir benefícios econômicos para a entidade.
- B) estiver parcialmente depreciado.
- C) sofrer perda de valor recuperável.
- D) estiver sob controle da entidade.

13. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Conforme a NBC TG – ESTRUTURA CONCEITUAL, uma Receita reflete aumento nos ativos, ou redução nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio. Avalie se são reconhecidos como Receita, nesse contexto, os seguintes itens:

- I. Ganho de aplicação financeira.
- II. Transferência de estoques a clientes.
- III. Ganho na venda de imobilizado.
- IV. Entrada de recursos pela emissão/venda de debêntures.
- V. Entrada de recursos pela integralização do capital social.
- VI. Ganho na venda de ações em tesouraria.

São considerados receitas os itens

- A) IV, V e VI.
- B) II, III e VI.
- C) I, III e IV.
- D) I, II e III.

14. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) O conceito de Capital é adotado pela maioria das entidades na elaboração das Demonstrações Contábeis. A seleção do conceito apropriado de Capital pela entidade deve ser baseada nas necessidades dos seus usuários, principalmente, os preocupados com a manutenção de capital nominal investido ou com o poder de compra do capital investido. A manutenção do Capital em que o lucro é auferido somente se o montante dos ativos líquidos no final do período exceder o montante dos ativos líquidos no início do período, após excluir quaisquer distribuições para, e contribuições de, sócios durante o período, é a Manutenção do

- A) Capital Físico.
- B) Capital Financeiro.
- C) Capital Social.
- D) Capital Integralizado.

15. (FGV/CFC/2024) Em 31/12/2022, uma companhia tinha seu capital social dividido em 40.000 ações ordinárias (ON). Naquela data, todas estavam em poder dos acionistas.

As seguintes operações com ações foram registradas durante o exercício de 2023:

Data	Operação
30/04/2023	Emissão de 1.000 novas ações ON, imediatamente subscritas e integralizadas pelos acionistas
30/09/2023	Recompra de 2.000 ações, mantidas em tesouraria
30/11/2023	Venda de 1.000 ações que estavam em tesouraria

Ao final do exercício de 2023, a companhia apurou Lucro Líquido de R\$ 202.110. Os valores do Resultado Básico por ação e do Resultado Diluído por ação, a serem divulgados pela companhia, são, respectivamente,

- A) 5,05275 e 5,02137.
- B) 5,02137 e 5,02137.
- C) 5,05275 e 4,92951.
- D) 5,05275 e 5,0275.

16. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1 Conforme a NBC TG 04 (R4) – ATIVO INTANGÍVEL, não são exemplos de gastos a serem reconhecidos como despesa aqueles incorridos com

- A) atividades pré-operacionais destinadas a constituir a empresa.
- B) treinamento do pessoal próprio.
- C) publicidade e atividades promocionais.
- D) o desenvolvimento de ativos intangíveis gerados internamente.

17. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) A Sociedade A possui 65% de ações com direito a voto sobre a Sociedade B, cujo Patrimônio Líquido equivale a R\$2.000.000. Com essa participação a Sociedade A exerce o controle da sociedade B. Durante o exercício de 2023, a Sociedade “B” apresentou um lucro de R\$200.000. Diante dos dados apresentados, e de acordo com a NBC TG 18 (R3) – INVESTIMENTO EM COLIGADA, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, a Sociedade A efetuará, em suas demonstrações contábeis individuais, um registro de

- A) débito em Caixa e crédito em Investimentos na Sociedade B no valor de R\$130.000.
- B) débito em Investimentos na Sociedade B e crédito em Receita de equivalência patrimonial no valor de R\$200.000.
- C) débito em Receita de equivalência patrimonial e crédito em Investimentos na Sociedade B no valor de R\$200.000.
- D) débito em Investimentos na Sociedade B e crédito em Receita de equivalência patrimonial no valor de R\$130.000.

18. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Sem observar as exceções previstas no item 4.1.5 da NBC TG 48 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS, um ativo financeiro que, para a entidade que reporta a informação, é mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, deve ser mensurado no momento subsequente ao

- A) Custo Amortizado.
- B) Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes.
- C) Valor Justo Por Meio de Resultado.
- D) Valor Realizável Líquido.

19. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) No ano de 2023, a Sociedade Empresária XXX foi autuada por um órgão fiscal que alegava o não recolhimento de determinado imposto no valor de R\$7.000.000. Com base na análise de seu departamento jurídico, a Sociedade Empresária constituiu uma provisão no valor de R\$5.000.000 nas demonstrações de 2023 e impetrou recurso administrativo ao referido órgão. Em 15/03/2024, o recurso da Sociedade Empresária foi julgado e o órgão fiscal determinou que a Sociedade Empresária recolhesse a quantia de R\$6.000.000. A Sociedade Empresária optou por não recorrer da decisão. A elaboração das demonstrações contábeis foi finalizada pelo Departamento Contábil em 28/02/2024 e o Conselho de Administração autorizou a emissão de tais demonstrações em 25/03/2024. Instado a decidir se a Sociedade Empresária XXX deve ajustar as Demonstrações Contábeis de 2023 e por qual valor, você declara, corretamente, que a Sociedade Empresária XXX

- A) deve ajustar as Demonstrações Contábeis de 2023, reduzindo o lucro do período e aumentando o passivo em R\$1.000.000.
- B) deve ajustar as Demonstrações Contábeis de 2023, reduzindo o lucro do período e aumentando o passivo em R\$2.000.000.
- C) não deve ajustar as Demonstrações Contábeis de 2023, sendo a determinação do órgão fiscal ocorrida depois de 31/12/2023.
- D) não deve ajustar as Demonstrações Contábeis de 2023, sendo a determinação do órgão fiscal ocorrida depois da data de finalização das Demonstrações Contábeis por parte do Departamento Contábil.

20. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Em 01/07/2021, uma loja de roupas adquiriu uma máquina de costura por R\$840. Na data, estimou que iria usar a máquina durante 4 anos e vendê-la pelo equivalente à vista de R\$200 após esse período. Em 01/01/2023, a loja constatou que poderia utilizar a máquina por mais 3 anos, a partir dessa data, mas seu valor residual seria zero. Assinale a opção que indica o valor contábil da máquina de costura em 31/12/2023, conforme a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado.

- A) R\$400.
- B) R\$440.
- C) R\$320.
- D) R\$210.

21. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) A Sociedade Empresária A possui estoque de um mix de mercadorias para revenda e deseja mensurar as mercadorias da categoria b de acordo com a NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE NBC TG 16 (R2) – ESTOQUES. Em termos unitários, o valor de custo das mercadorias dessa categoria é de R\$20; o valor realizável líquido é de R\$15 e o preço de venda é de R\$30. Considerando a quantidade de mil unidades, o seguinte valor dessas mercadorias deve ser apresentado no balanço patrimonial:

- A) R\$15.
- B) R\$15.000.
- C) R\$20.000.
- D) R\$30.000.

22. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Em 01/01/2022, uma fábrica de cosméticos adquiriu, por R\$180.000, um terreno para a construção de um estacionamento para seus empregados. Em 31/12/2022, a fábrica realizou o teste de recuperabilidade desse terreno e constatou que seu valor em uso era de R\$170.000, enquanto o seu valor justo era de R\$190.000. Para vender o terreno, a fábrica deveria incorrer em despesas legais de alienação no valor de R\$15.000. Assinale o valor do terreno no balanço patrimonial da fábrica após o teste de recuperabilidade, conforme a NBC TG 01 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS.

- A) R\$170.000.
- B) R\$175.000.
- C) R\$180.000.
- D) R\$190.000.

23. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma sociedade empresária apresenta saldo de R\$80.000 na conta “Despesas antecipadas”. Nas Demonstrações contábeis, essa conta é apresentada como

- A) ativo, no balanço patrimonial.
- B) passivo, no balanço patrimonial.
- C) outras despesas, na demonstração do resultado do exercício.
- D) despesas operacionais, na demonstração do resultado do exercício.

24. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Considere os seguintes elementos das demonstrações contábeis:

I. Ativo.

II. Despesa.

III. Receita.

IV. Passivo.

V. Patrimônio Líquido.

Desses elementos os que apresentam natureza devedora são:

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, III e V, apenas.

25. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) De acordo com a NBC TG 02 (R3) – EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, os elementos do balanço patrimonial podem ser classificados como monetários e não monetários. Assinale a opção que indica um ativo classificado como ativo não monetário em uma papelaria.

- A) Estoques.
- B) Contas a receber.
- C) Aplicações financeiras.
- D) Adiantamento de clientes.

26. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Em dezembro de 2023, uma empresa de consultoria comprou, à vista, aparelhos de ar condicionado, para o seu escritório, por R\$6.000. Na data, pagou o frete no valor de R\$200 e a instalação no valor de R\$2.000. Os caixas consumidos, reconhecidos na Demonstração dos Fluxos de Caixa da empresa, elaborada pelo método direto, pelas atividades operacional e de investimento, de acordo com a NBCTG 03 (R3) – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA, ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS, são, respectivamente:

- A) zero e R\$8.200.
- B) R\$200 e R\$8.000.
- C) R\$2.000 e R\$6.200.
- D) R\$2.200 e R\$6.000.

27. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma sociedade empresária oferece serviços de entrega de documentos. Para realizar as entregas, possui cinco motos, sendo que cada uma apresentava, em 31/12/2023, valor contábil de R\$30.000. Além disso, a sociedade empresária possui duas motos que são utilizadas exclusivamente para a locomoção de seus diretores. Cada uma dessas motos apresentava, em 31/12/2023, valor contábil de R\$50.000. Assinale a opção que indica a apresentação das motos no balanço patrimonial da sociedade empresária em 31/12/2023.

- A) Investimentos: R\$250.000.
- B) Ativo Imobilizado: R\$250.000.
- C) Investimentos: R\$100.000 e Ativo Imobilizado: R\$150.000.
- D) Investimentos: R\$150.000 e Ativo Imobilizado: R\$100.000.

28. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma sociedade empresária apresenta a seus usuários externos as informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos. Conforme a Lei nº 6.404/76, essa informação deve ser incluída

- A) nas Notas Explicativas.
- B) no Relatório do Auditor.
- C) no Relatório da Administração.
- D) na Carta de Responsabilidade da Administração.

29. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Em 2023, a Demonstração do Resultado do Exercício de uma entidade apresentou Receita Líquida de R\$200.000 e Lucro Bruto de R\$150.000. Pode-se constatar que, na demonstração, a seguinte conta apresenta saldo de R\$50.000:

- A) despesas de vendas.
- B) despesas operacionais.
- C) deduções da receita.
- D) custo das mercadorias vendidas.

30. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Em janeiro de 2024, uma companhia aérea anunciou uma promoção especial de Dia das Mães e vendeu, em fevereiro, 200 passagens aéreas do Rio de Janeiro para Porto Alegre, por R\$300 cada, recebidos à vista. Em maio de 2024, os aeroportos de Porto Alegre foram fechados, de modo que a companhia aérea comunicou aos clientes que as passagens poderiam ser utilizadas em junho, sem pagamento de taxas e penalidades. Suponha que todos os clientes viajem em junho de 2024. Nesse caso, de acordo com a NBC TG 47 – Receita de Contratos com Clientes, a receita da companhia aérea relativa à venda das 200 passagens deve ser reconhecida no mês de

- A) janeiro.
- B) fevereiro.
- C) maio.
- D) junho

31. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma farmácia apresentava os seguintes saldos em seu ativo, em 31/12/2023:

- Aplicação financeira com vencimento em 380 dias: R\$200.000;
- Clientes com recebimento previsto para 180 dias: R\$140.000;
- Disponibilidades: R\$50.000;
- Estoque com venda prevista para até 60 dias: R\$120.000;
- Imóvel onde funciona a farmácia: R\$600.000;
- Móveis e utensílios utilizados em suas lojas: R\$300.000.

O ativo circulante da farmácia em 31/12/2023 foi de

- A) R\$170.000.
- B) R\$190.000.
- C) R\$310.000.
- D) R\$510.000.

32. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma joalheria reconheceu as seguintes receitas em 2023 com:

- vendas de mercadorias: R\$800.000;
- financeira: R\$400.000;
- equivalência patrimonial: R\$200.000;
- venda de ativo imobilizado: R\$170.000;
- aluguel de imóvel a terceiros: R\$120.000.

De acordo com a NBC TG 09 (R1) – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, na Demonstração do Valor Adicionado da joalheria, em 31/12/2023, o valor adicionado recebido em transferência apresenta o seguinte montante:

- A) R\$490.000.
- B) R\$600.000.
- C) R\$720.000.
- D) R\$890.000.

33. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) De acordo com a Lei no 6.404/76, em uma sociedade empresária, as Reservas de Capital poderão ser utilizadas para absorver prejuízos quando

- A) não houver ações em tesouraria.
- B) estes estiverem acumulados há no mínimo três exercícios sociais.
- C) estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros.
- D) houver garantia de que os dividendos mínimos obrigatórios serão pagos em conformidade.

34. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Em abril de 2024, uma empresa de consultoria adquiriu 10 cadeiras para seus funcionários por R\$400 cada. Metade do valor foi pago à vista e o restante tem pagamento previsto para junho do mesmo ano. No momento da compra, observam-se as seguintes modificações nos saldos de seus elementos patrimoniais:

- A) aumento de R\$2.000 no ativo e no passivo.
- B) aumento de R\$4.000 no ativo e no passivo.
- C) aumento de R\$4.000 no ativo e no patrimônio líquido.
- D) diminuição de R\$2.000 no ativo, aumento de R\$2.000 no passivo e diminuição de R\$4.000 no patrimônio líquido.

35. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma livraria utiliza o critério PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) para mensurar os seus estoques. Em 01/01/2024, havia 20 livros de Contabilidade Avançada em estoque, que foram comprados por R\$100 cada. Em 05/01/2024, a livraria adquiriu mais 30 unidades desse mesmo título, por R\$120 cada. Já em 10/01/2024, a livraria vendeu 35 exemplares desse livro a um grupo de estudantes, por R\$200 cada. De acordo com a NBC TG 16 (R2) – ESTOQUES, o custo das mercadorias vendidas reconhecido em janeiro foi de

- A) R\$3.500.
- B) R\$3.800.
- C) R\$4.100.
- D) R\$4.200.

36. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Conforme a Lei no 6.404/76, no Balanço Patrimonial, as contas do ativo são apresentadas de acordo com a ordem decrescente de grau de

- A) liquidez.
- B) relevância.
- C) objetividade.
- D) valor monetário.

37. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) A Euza Batista Modas é uma indústria têxtil que confecciona apenas calças. No mês de maio de 2024, apresentou os seguintes dados a respeito da sua produção

Descrição	Custo Padrão			Custo Real		
	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total
Tecido Jeans	1,50	45,00	67,50	2,00	55,00	110,00
Botão	3,00	6,55	19,65	6,00	5,47	32,82
Linha	220,00	0,15	33,00	290,00	0,11	31,90

A gestora da companhia tem por costume utilizar o método de custo padrão para tomar suas decisões. A partir dos dados apresentados, assinale a principal conclusão a respeito da variação dos insumos de produção.

- A) Todas as variações foram desfavoráveis.
- B) Todas as variações de quantidade foram desfavoráveis.
- C) As variações de custo unitário dos itens botão e linha foram desfavoráveis.
- D) O tecido jeans foi o único insumo da produção que teve variações favoráveis.

38. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma sociedade empresária apresentou os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial em 31/12/2023:

- Capital Social: 180.000;
- Disponibilidades: 80.000;
- Empréstimos a pagar a Longo Prazo: 150.000;
- Estoques: 20.000;
- Fornecedores a pagar: 70.000;
- Imobilizado: 130.000;
- Realizável a Longo Prazo: 170.000.

Considerando apenas os saldos dessas contas, a liquidez corrente aproximada da sociedade empresária em 31/12/2023 foi

- A) 1,14.
- B) 1,23.
- C) 1,43.
- D) 1,82.

39. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Observe a seguinte definição: Conceito fundamental de finanças e economia que diz respeito aos benefícios que podem ser perdidos quando uma opção é escolhida em detrimento de outra; em outras palavras, ele representa o valor da melhor opção a ser considerada após a tomada de decisão. A definição é referente a

- A) Custo Controlável.
- B) Custo de Oportunidade.
- C) Custo Perdido.
- D) Custos Imputados.

40. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) A Sociedade Empresária Alegria Alegria Ltda. apresentou o seguinte Balanço Patrimonial em 31/12/20X1:

Balanço Patrimonial – ALEGRIA ALEGRIA Ltda.					
31/12/20X1					
Ativo	31/12/20X1	31/12/20X0	Passivo	31/12/20X1	31/12/20X0
Circulante	145.000,00	290.000,00	Circulante	34.000,00	68.000,00
Banco	25.000,00	50.000,00	Fornecedores	12.000,00	24.000,00
Caixa	40.000,00	80.000,00	Duplicatas a pagar	22.000,00	44.000,00
Estoque	80.000,00	160.000,00			
Não Circulante	270.000,00	540.000,00	Não Circulante	145.000,00	290.000,00
Realizável a Longo Prazo	35.000,00	70.000,00			
Imobilizado	145.000,00	290.000,00	Patrimônio Líquido	236.000,00	472.000,00
Investimentos	55.000,00	110.000,00	Capital Social	236.000,00	472.000,00
Intangível	35.000,00	70.000,00			
Total Ativo	415.000,00	830.000,00	Total Passivo	415.000,00	830.000,00

A partir dos dados apresentados é correto afirmar que

- A) o percentual dos ativos financiados por capital de terceiros corresponde a 8,19% em 20X1.
- B) a liquidez corrente em 20X1 é 111.000,00 e em 20X0 é -68.000,00.
- C) a empresa não tem capacidade de pagamento a curto prazo em 20X0 e em 20X1, sem considerar os seus estoques.
- D) a empresa possui mais que 50% dos seus recursos aplicados no ativo não circulante em 20X0.

41. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma fábrica de brinquedos produz dois tipos de carrinhos: com quatro portas e com duas portas. A demanda mensal de cada tipo de carrinho é de 200 e de 250 unidades, respectivamente. Além disso, o preço de venda e o custo variável unitário de cada tipo de carrinho são os seguintes

Tipo de carrinho	Preço de venda	Custo variável
Quatro portas	100	40
Duas portas	70	30

Em janeiro de 2024, a fábrica tinha 900 portas para a produção dos carrinhos que seriam vendidos em fevereiro e não era possível realizar compras adicionais.

Com o objetivo de maximização do resultado, assinale a opção que indica, respectivamente, o número de carrinhos de quatro e de duas portas que devem ser produzidos.

- A) 100 e 250.
- B) 200 e 250.
- C) 225 e zero.
- D) 800 e 50.

42. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Um contador realizou uma análise completa das demonstrações contábeis de uma empresa, efetuando as análises horizontal, vertical e por indicadores. O contador constatou que as seguintes metodologias de análise traziam o mesmo resultado:

- A) análise vertical do Balanço Patrimonial e indicadores de prazos médios.
- B) análise horizontal do Balanço Patrimonial e indicadores de liquidez.
- C) análise vertical da Demonstração do Resultado do Exercício e indicadores de lucratividade.
- D) análise horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício e indicadores de rentabilidade.

43. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Em relação às despesas orçamentárias, avalie se as despesas a seguir são classificadas como despesas correntes:

I. Despesas de custeio.

II. Investimentos.

III. Inversões Financeiras.

Está correto o que se apresenta em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

44. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) O setor de contabilidade de um determinado ente público estadual identificou que, em janeiro de 2024, parte dos benefícios a serem pagos aos servidores ativos não foram processados em época própria, quando foi observado o direito ao recebimento, em outubro de 2023. Ao proceder com a emissão de empenho, considerando que o orçamento do referido ano consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-los, os benefícios foram classificados contabilmente como

- A) despesa corrente.
- B) despesa de capital.
- C) despesa de exercícios anteriores.
- D) despesa extraordinária.

45. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Nas eleições realizadas em outubro de 2022, uma escola do setor público funcionou como seção eleitoral para a realização da votação. A escola geralmente recebe R\$5.000 ao ceder o seu espaço para a realização de outras atividades, no entanto, como se tratava de eleições, a escola cobrou R\$4.500. Em outubro de 2022, a escola reconheceu uma receita

- A) com contraprestação de R\$4.500.
- B) com contraprestação de R\$5.000.
- C) sem contraprestação de R\$4.500.
- D) sem contraprestação de R\$5.000.

46. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) No ambiente empresarial, é cada vez mais relevante a criação de regras claras e de consciência sobre a importância do combate às irregularidades e aos desvios de conduta. Uma cultura de integridade é pautada por ética e transparência nos negócios e nas relações de trabalho e se baseia em um conjunto de regras, normas, políticas, processos e ferramentas voltado a prevenir, detectar e corrigir eventuais desvios. Além disso, deve-se incentivar a implantação de boas práticas de governança, programas de compliance, mecanismos de gerenciamento de riscos e controles internos. Em relação ao tema, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A governança corporativa se resume em mitigar prejuízos causados pelos conflitos de interesses entre acionistas e gestores.

() O compliance é o instrumento de comprovação de aderência a normas e requerimentos estabelecidos, tanto o alinhamento a regras internas como o atendimento a normas externas decorrentes de leis e regulamentos.

() Risco de compliance é o risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos reputacionais, medidas administrativas ou criminais aplicadas à empresa, decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais, regulamentares, normas, autorregulações, padrões técnicos ou códigos de conduta.

() Assédios, bullying, discriminação, conduta trabalhista ilícita e outros tipos de comportamentos abusivos não causam danos à reputação da empresa, ao clima organizacional e aos colaboradores, nem geram impacto nos resultados. As afirmativas são, respectivamente,

- A) V – F – F – F.
- B) F – V – V – V.
- C) F – F – V – V.
- D) F – V – V – F.

47. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Com base na NBC TA 705 – MODIFICAÇÕES NA OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE, o tipo de parecer que o Auditor deve emitir quando, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis é

- A) a opinião com ressalva.
- B) a opinião adversa.
- C) a abstenção de opinião.
- D) o parágrafo de ênfase.

48. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Joaquim, auditor renomado, foi consultado pela firma de auditoria **Novos Auditores ABC**, com a seguinte problemática: ao realizarem a análise do Balanço Patrimonial de um de seus clientes, foi constatado um valor substancial de Fornecedores em seu Passivo em todos os meses, caracterizando um acordo firmado de maneira recorrente; apesar disso, não foi encontrado na documentação de seu cliente o contrato que assegurasse essa relação contratual. De acordo com a NBC TA 500 - EVIDÊNCIA DE AUDITORIA, nessa situação hipotética, assinale o procedimento mais adequado que Joaquim deveria indicar à firma **Novos Auditores ABC**, para que eles confirmassem tal relação.

- A) Observação.
- B) Recálculo.
- C) Análise Recombinante.
- D) Confirmação Externa.

49. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) No que tange ao conceito de honorários da perícia contábil, é correto afirmar, com base na NBC PP 01 (R1) – PERITO CONTÁBIL, que

- A) os honorários periciais fixados ou arbitrados e não quitados podem ser executados, judicialmente, pelo perito em conformidade com os dispositivos do Código de Processo Civil.
- B) ainda que a perícia seja considerada inconclusiva ou ineficiente, não há hipótese prevista em lei que determine a devolução parcial ou total dos valores recebidos.
- C) o perito nomeado pode requerer a liberação de até 30% dos honorários depositados, quando julgar necessário para o custeio antes do início dos trabalhos.
- D) na elaboração da proposta de honorários, o perito deve considerar, entre outros fatores: quem será o magistrado da causa; quem são as partes da causa; a complexidade da matéria e o prazo estabelecido para o recebimento dos honorários.

50. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Acerca dos procedimentos periciais, julgue as afirmativas a seguir, considerando as disposições da NBC TP 01 (R1) – PERÍCIA CONTÁBIL:

I. Indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.

II. Arbitramento é a determinação de valores e quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.

III. Vistoria é a análise de livros, registros de transações e documentos.

Está correto apenas o que se afirma em

- A) II.
- B) I e III.
- C) III.
- D) I e II.



Estratégia
Concursos

QUESTÕES COMENTADAS

1. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Os adjetivos podem representar estados, características, qualidades ou relações. Assinale a frase em que o adjetivo sublinhado indica um estado.

- A) Profetizar o futuro não é difícil, mas é perigoso.
- B) Para o homem trabalhador, o tempo é elástico.
- C) Estamos sempre preocupados com o que vai acontecer.
- D) O futuro é a mais valiosa fonte de renda da imaginação.

Comentários:

Na gramática do célebre professor Celso Cunha, que é alvo de estudo da presente banca, são listados tipos de adjetivos. E é exatamente isso que foi cobrado pela FGV nessa questão. Adjetivos, segundo o professor Celso Cunha, podem expressar: qualidades positivas ou negativas, características, estados ou relações. O professor ainda acrescenta 'modo de ser', como em 'pessoa simples'. Além disso, ele cita 'aspecto ou aparência', como em 'céu azul'. Quando o autor cita 'aspecto ou aparência', ele está falando exatamente de característica.

A banca solicitou a opção em que o adjetivo porte a ideia de 'estado'.

Estado é um atributo momentâneo, algo não inerente a um ser. Não é algo que ele **SEJA**, e sim algo que ele **ESTEJA**.

Entre os adjetivos apresentados na questão, o gabarito é a letra C "*estamos sempre **preocupados** com o que vai acontecer*".

Nesse caso, "preocupados" é um estado, algo que pode mudar. Não é uma qualidade nem uma característica.

Para não restarem dúvidas, vamos analisar os erros das demais alternativas:

(A) Profetizar o futuro não é difícil, mas é perigoso.

Alternativa incorreta. "Difícil" e "perigoso" expressam qualidades (positivas/negativas) inerentes à ação de profetizar, não um estado momentâneo. São características atribuídas à ação, algo que ela é, não algo que ela está.

(B) Para o homem trabalhador, o tempo é elástico.

Alternativa incorreta. "Trabalhador" é um adjetivo que indica característica permanente (modo de ser) do homem, enquanto "elástico" é uma qualidade atribuída ao tempo (metáfora). Nenhum dos dois sugere um estado transitório.

(D) O futuro é a mais valiosa fonte de renda da imaginação.

Alternativa incorreta. "Valiosa" é um adjetivo que denota qualidade (positiva) da fonte de renda, algo intrínseco. Não há ideia de estado, mas de uma avaliação permanente.

Gabarito: C

2. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) O escritor Érico Veríssimo falou sobre o consumidor: O objetivo do consumidor não é o de possuir coisas, mas de consumir cada vez mais e mais, a fim de com isso compensar seu vácuo interior, sua passividade, sua solidão, seu tédio e sua ansiedade. Seguindo a opinião do autor, o consumidor inveterado

- A) pretende possuir cada vez mais.
- B) procura compensar algumas deficiências.
- C) mostra tendência a economizar exageradamente.
- D) vive permanentemente com dificuldades econômicas.

Comentários:

A questão 2, de interpretação, exigiu o entendimento analítico sobre a frase do escritor Érico Veríssimo. Segundo o autor, "*o objetivo do consumidor não é o de possuir coisas, mas de consumir cada vez mais e mais, a fim de com isso compensar seu vácuo interior, sua passividade, sua solidão, seu tédio e sua ansiedade*". Observe que essa frase indica que o consumidor inveterado está buscando, por meio do consumo, preencher ou compensar uma série de deficiências emocionais e psicológicas. A opção que expressa claramente isso é a letra B: "procura compensar algumas deficiências".

As demais alternativas estão incorretas porque não se alinham com a ideia central expressa por Érico Veríssimo em sua reflexão sobre o consumidor inveterado. Vamos analisá-las detalhadamente:

(A) pretende possuir cada vez mais.

Alternativa incorreta. O autor deixa claro que o objetivo do consumidor não é possuir coisas, mas, sim, consumir de forma compulsiva para compensar questões emocionais. A alternativa (A) desvia o foco para a posse material, enquanto o texto enfatiza o ato do consumo como válvula de escape psicológico, não como busca por acumulação.

(C) mostra tendência a economizar exageradamente.

Alternativa incorreta. O consumidor inveterado, conforme descrito no texto, é justamente o oposto: ele gasta excessivamente, movido por impulsos emocionais (como tédio e ansiedade), não por racionalidade ou controle financeiro. Economizar exageradamente não tem relação com o perfil descrito.

(D) vive permanentemente com dificuldades econômicas.

Alternativa incorreta. O texto não menciona a situação financeira do consumidor, mas, sim, seu comportamento motivado por vazios interiores. Dificuldades econômicas podem ser uma consequência do consumo desenfreado, mas o autor não as coloca como característica definidora do consumidor inveterado. O foco está na causa psicológica, não no efeito financeiro.

Dessa forma, a única alternativa que capta a essência do texto é a B, pois reflete a ideia de que o consumo excessivo é uma tentativa de compensação para problemas como solidão e ansiedade. As outras ou distorcem o sentido (A), contradizem o comportamento descrito (C) ou introduzem elementos não abordados (D).

Gabarito: B

3. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Um determinado investimento foi realizado em 31/12/20X1, sob o regime de juros compostos, cuja taxa era de 2% ao mês. O aporte inicial foi de R\$ 12.000. O valor total dos juros obtidos na operação, se ela for liquidada em 31/12/20X2, é de

- A) R\$ 15.218,90.
- B) R\$ 14.880,00.
- C) R\$ 3.218,90.
- D) R\$ 2.880,00.

Comentários:

$$M = C (1 + i)^t$$

$$M = 12.000 (1 + 0,02)^{12}$$

$$M = 12.000 (1,02)^{12}$$

$$M = 12.000 \times 1,2682$$

$$M = 15.218,90$$

Considerando que montante é resultado da soma entre capital e juros, então o valor total dos juros obtidos na operação, se ela for liquidada em 31/12/20X2, é de:

$$M = C + J$$

$$15.218,90 = 12.000 + J$$

$$J = 15.218,90 - 12.000,00$$

$$J = 3.218,90$$

Gabarito: C

4. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma firma de auditoria foi contratada para realizar um trabalho em uma empresa do ramo automobilístico. Os auditores independentes definiram, em seu processo de amostragem, que irão selecionar a partir do método aleatório (disposto como um dos principais pela NBC TA 530 – Amostragem) apenas uma nota fiscal de venda por mês para sua posterior análise. Para o mês de novembro de 20X1, as notas fiscais de venda foram assim distribuídas:

Cor do veículo / Tipo de câmbio	Câmbio manual	Câmbio automático
Preto	5	7
Prateado	7	6

Considerando o exposto, a probabilidade de que seja selecionada uma nota fiscal referente à venda de um veículo de cor preta e de câmbio manual na amostragem de novembro de 20X1 é igual a

- A) 5%.
- B) 20%.
- C) 25%.
- D) 50%.

Comentários:

Para encontrarmos a probabilidade exigida, temos que dividir o número de casos que estamos procurando pelo total de casos possíveis.

O espaço amostral apresenta um total de 25 elementos ($5 + 7 + 7 + 6 = 25$).

A quantidade de elementos que atendem ao critério de cor preta e câmbio manual é igual a 5. Assim, a probabilidade de ocorrência desse evento é calculada da seguinte forma:

$$P = 5/25 = 0,2 \text{ ou } 20\%$$

Gabarito: B

5. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) A sociedade empresária Delta acabou de ser constituída, o que foi feito com estrita observância da sistemática legal, tendo por objeto a venda de livros. No dia imediatamente anterior ao início de suas atividades, os sócios da Delta questionaram o seu contador sobre a respectiva carga tributária, mais especificamente a respeito dos tributos que Delta estava obrigada a recolher. O contador respondeu corretamente que Delta, em razão do seu objeto social,

- A) não recolheria nenhum tributo.
- B) somente recolheria impostos.
- C) recolheria taxas.
- D) somente recolheria contribuições de melhoria.

Comentário:

O objetivo da questão é filtrar que espécie tributária pode incidir sobre uma empresa que exerce a atividade comercial de venda de livros.

O caso em questão retrata uma empresa que acaba de ser constituída, que tem por objetivo vender livros. Sabemos que a Constituição Federal prevê imunidade tributária em relação aos impostos incidentes sobre livros, jornais e periódicos, bem como o papel destinado a sua impressão (art. 150, VI, “d”).

Assim sendo, vamos lá:

Letra A: como a imunidade é específica para impostos sobre a venda dos livros, a empresa poderia ser obrigada a pagar outros tributos porventura devidos, como taxas e contribuições de melhoria. Errada.

Letra B: a empresa, na realidade, está dispensada do pagamento de impostos (não todos, é claro, mas apenas aqueles incidentes sobre a venda de livros). Errada.

Letra C: como a questão não mencionou “somente”, está correta. Afinal, a imunidade restringe-se aos impostos. Correta.

Letra D: outras espécies tributárias poderiam ser devidas pela empresa, como taxas, por exemplo. Errada.

A título de complemento, temos dois pontos adicionais para destacar:

O Supremo Tribunal Federal (STF) já consolidou o entendimento de que a imunidade tem natureza objetiva, ou seja, protege o produto (livro), não o sujeito (empresa). Além disso, a imunidade estende-se ao formato digital (*e-book*), pois o texto constitucional não se restringe ao suporte físico.

Súmula Vinculante 57 - A imunidade tributária constante do artigo 150, VI, d, da CF/88 aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (e-book) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (e-readers), ainda que possuam funcionalidades acessórias

Ademais, a Emenda Constitucional 132/2023 (Reforma Tributária) criou a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá PIS e COFINS.

Embora o texto do art. 150, VI, refira-se aos impostos “é vedado instituir imposto sobre...”, temos que interpretá-lo em conjunto com outras regras constitucionais.

Assim, com a EC 132/2023 (Reforma Tributária), foi introduzido o art. 149-B, que trata de regras comuns relativas aos novos tributos (Imposto sobre Bens e Serviços e Contribuição sobre Bens e Serviços).

Ocorre que o parágrafo único do art. 149-B estabeleceu que as imunidades do art. 150, VI, também se aplicam à CBS, que não pode ser confundida com imposto.

Portanto, atualmente, a imunidade cultural alcança impostos e também a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Dessa forma, antes da reforma, a imunidade não cobria contribuições (como PIS/COFINS). Agora, a CBS (uma contribuição) também está protegida.

Gabarito: C

6. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) João comunicou a Maria que:

I. a Lei nº X, editada pela União, disciplinou as situações em que poderia ocorrer a renúncia a determinada posição jurídica;

II. a renúncia, para ser válida, deveria observar os estritos termos legais;

III. Pedro renunciou a um direito que deixou de integrar a sua esfera jurídica e, automaticamente, passou a integrar a esfera jurídica de Maria.

Nas situações descritas por João em I, II e III, estamos perante, respectivamente, os denominados:

- A) poder estatal, direito positivo e direito natural.
- B) direito objetivo, direito natural e faculdade jurídica.
- C) direito positivo, direito objetivo e direito subjetivo.
- D) direito subjetivo, direito natural e dinâmica relacional.

Comentário:

- I. A Lei nº X, editada pela União, disciplinou as situações em que poderia ocorrer a renúncia a determinada posição jurídica → direito positivo, uma vez que está positivando a norma, isto é, direito escrito.
- II. A renúncia, para ser válida, deveria observar os estritos termos legais → direito objetivo, pois está relacionado com a interpretação da norma, isto é, direito posto.
- III. Pedro renunciou a um direito que deixou de integrar sua esfera jurídica e, automaticamente, passou a integrar a esfera jurídica de Maria → direito subjetivo, pois uma pessoa específica renunciou ao direito.

Gabarito: C

7. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Pedro é empregado, há exatos três anos, da sociedade empresária Alfa, que cumpria todas as suas obrigações, a começar pelo rigoroso pagamento do salário mensal dos seus empregados. No entanto, Maria, sua superior hierárquica, decidiu que Pedro não vinha cumprindo a contento suas obrigações, logo, deveria ser demitido. À luz desse quadro, Maria consultou o Departamento de Recursos Humanos em relação à concessão de aviso prévio a Pedro, sendo-lhe corretamente informado que

- A) cabe a Alfa optar pela concessão de aviso prévio ou pela permanência de Pedro em casa, sem remuneração.
- B) o aviso prévio a ser dado a Pedro é de 30 (trinta) dias.
- C) é necessário o pagamento de indenização correspondente a um mês de trabalho.
- D) o aviso prévio a ser dado a Pedro é de 39 (trinta e nove) dias.

Comentários:

O gabarito da questão está na letra (D), tendo em vista que o empregado (Pedro) possui 3 anos de empresa. Nesse caso, percebe-se que seu aviso prévio terá a duração de 39 dias, com fundamento na Lei 12.506/2011:

Lei 12.506/2011, art. 1º, Parágrafo único. Ao aviso prévio previsto neste artigo serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.

Pelo mesmo raciocínio, percebemos que as letras B e C estão incorretas.

Quanto à letra A, ressalto que está absolutamente incorreta, na medida em que o aviso prévio deve ser remunerado.

Gabarito: D

8. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) A ética pode ser aplicada em praticamente todas as nossas ações. Em algumas, ela terá um peso maior que em outras e o importante é buscar agir de acordo com princípios morais e valores alinhados ao que consideramos mais justo para nós e para os outros. Isto é, pensar no que faz mais sentido para o contexto e a melhoria de todos e não apenas em nosso próprio ganho pessoal.

<https://mariaceciliagomes.com.br/entendendo-etica-e-sua-importancia-na-vida-de-cada-um/>

Com base na reflexão, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V):

() No ambiente de trabalho, a ética é fundamental para garantir um ambiente saudável e produtivo entre as pessoas.

() Agir de forma ética pode ser ter uma postura respeitosa em relação aos colegas, clientes e fornecedores; manter a confidencialidade das informações e evitar conflitos de interesse.

() A ética envolve tomar decisões justas, cumprindo as leis e normas regulatórias e considerando o impacto de nossas ações em relação aos outros. As afirmativas são, respectivamente,

A) V – V – V.

B) V – F – F.

C) F – V – V.

D) F – F – F.

Comentários:

Vejamos cada afirmativa.

(V) No ambiente de trabalho, a ética é fundamental para garantir um ambiente saudável e produtivo entre as pessoas.

Pessoal, essa afirmativa não está expressa diretamente no Código de Ética Profissional do Contador, mas transmite-nos a ideia exata de que, para termos um relacionamento saudável dentro das entidades, é necessário que a ética seja um dos preceitos, se não o preceito, fundamentais para que isso ocorra.

(V) Agir de forma ética pode ser ter uma postura respeitosa em relação aos colegas, clientes e fornecedores; manter a confidencialidade das informações e evitar conflito de interesse.

De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador, essa afirmativa constitui um dos deveres do contador. Senão, vejamos.

4. São deveres do contador:

(...)

(e) aplicar as salvaguardas previstas pela profissão, pela legislação, por regulamento ou por organização empregadora toda vez que identificar ou for alertado da existência de ameaças mencionadas nas normas de exercício da profissão contábil, observando o seguinte:

(i) tomar medidas razoáveis para evitar ou minimizar conflito de interesses;

Além disso, temos:

16. A conduta do contador com relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço, solidariedade e harmonia da classe.

(V) A ética envolve tomar decisões justas, cumprindo as leis e normas regulatórias e considerando o impacto de nossas ações em relação aos outros.

De fato, quando o contador – e qualquer profissional – estiver pautado sob a ética, as decisões serão justas, observarão o que as leis e regulamentos ditam e impactará positivamente nas relações com os demais colegas que fazem parte do grupo de trabalho.

Com isso, todas as afirmativas estão devidamente corretas.

Gabarito: A

9. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Na aplicação das sanções éticas, avalie os itens a seguir:

I. A gravidade da infração.

II. A punição ética anterior transitada em julgado.

III. A aplicação de salvaguardas.

IV. A ação ou omissão que macule publicamente a imagem do contador.

Podem ser considerados agravantes os itens

A) I e II, apenas.

B) I, II e III.

C) I, II e IV.

D) II, III e IV.

Comentários:

Segundo a NBC PG 01 - Código de Ética Profissional do Contador:

22. Na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas como agravantes:

(a) ação ou omissão que macule publicamente a imagem do contador;

(b) punição ética anterior transitada em julgado; e

(c) gravidade da infração.

Vejam, portanto, cada afirmativa que a questão nos trouxe.

I. **Certo**. Corresponde a uma das espécies de agravantes (item c).

II. **Certo**. Corresponde a uma das espécies de agravantes (item b).

III. **Errado**. A aplicação de salvaguardas compreende uma das espécies de sanções éticas atenuantes.

IV. **Certo**. Corresponde a uma das espécies de agravantes (item a).

Portanto, os itens I, II e IV estão de acordo com o que foi solicitado pelo enunciado da questão.

Gabarito: C

10. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Avalie, com base no Código de Ética do contador, se os deveres do contador incluem, entre outros:

I. exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público, os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;

II. recusar sua indicação em trabalho quando reconheça não se achar capacitado para a especialização requerida;

III. guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade. Está correto o que se afirma em:

A) I e II, apenas.

B) I e III, apenas.

C) II e III, apenas.

D) I, II e III.

Comentários:

Pessoal, vamos analisar item por item de acordo com o que está na NBC PG 01 - Código de Ética Profissional do Contador. Senão, vejamos:

I. **Certo**. Segundo o referido código de ética:

4. São deveres do contador:

(a) exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público, os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;

II. **Certo**. De acordo com o código de ética:

4. São deveres do contador:

(...)

(b) recusar sua indicação em trabalho quando reconheça não se achar capacitado para a especialização requerida;

III. **Certo**. Em conformidade com o que dispõe o código de ética:

4. São deveres do contador:

(...)

(c) guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade;

Portanto, todos os itens estão de acordo com o Código de Ética Profissional do Contador.

Gabarito: D

11. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional. Desse modo, presume-se que a entidade não tem a intenção e nem a necessidade de

- A) tornar-se internacional.
- B) modificar a sua atividade-fim.
- C) entrar em liquidação ou deixar de negociar.
- D) expandir os seus negócios para outras localidades.

Comentários:

A continuidade operacional é um dos pilares da contabilidade, pois define a premissa básica sobre a qual as demonstrações financeiras são elaboradas. Esse princípio está previsto na NBC TG 00 (Estrutura Conceitual) e estabelece que, a menos que haja evidências contrárias, presume-se que a empresa continuará suas atividades no futuro previsível, sem intenção ou necessidade de encerrar suas operações ou entrar em liquidação. Essa suposição é fundamental porque influencia diretamente a forma como os ativos e passivos são avaliados e apresentados.

Segundo a NBC TG – Estrutura Conceitual:

3.9 *As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível. Assim, **presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou deixar de negociar**. Se existe essa intenção ou necessidade, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em base diferente. Em caso afirmativo, as demonstrações contábeis descrevem a base utilizada.*

Desse modo, quando uma empresa opera sob a premissa da continuidade, seus ativos são registrados com base em seu valor de uso, ou seja, considerando sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros. Da mesma forma, as obrigações são reconhecidas como exigíveis no curso normal dos negócios, sem a pressuposição de que precisarão ser quitadas antecipadamente em um cenário de liquidação. No entanto, se houver indícios concretos de que a empresa pode não ser capaz de manter suas operações, como prejuízos acumulados significativos, inadimplência financeira ou processos judiciais que ameacem sua existência, o contador tem a obrigação de reavaliar a aplicação desse princípio. Nesses casos, as demonstrações contábeis podem precisar ser ajustadas para refletir valores realizáveis em uma eventual liquidação, e essa mudança deve ser claramente divulgada nas notas explicativas.

A questão apresentada pela FGV explora justamente esse conceito, destacando que a continuidade operacional pressupõe a ausência de intenção ou necessidade de liquidação. As alternativas incorretas (A, B e D) desviam-se do cerne da questão ao mencionar situações como internacionalização, mudança de atividade-fim ou expansão geográfica, que são decisões estratégicas e não afetam a premissa da continuidade. Em resumo, a continuidade operacional está intrinsecamente ligada à sustentabilidade do negócio, e seu correto entendimento é essencial tanto para a elaboração das demonstrações financeiras quanto para a análise por parte de investidores, credores e outros *stakeholders*.

Portanto, a alternativa C é a única que efetivamente capta a essência do princípio, ao afirmar que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou cessar suas atividades.

Gabarito: C

12. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Desreconhecimento é a retirada de parte ou da totalidade de ativo ou passivo reconhecido do balanço patrimonial da entidade. O desreconhecimento normalmente ocorre quando esse item não atende mais à definição de ativo ou passivo, que expirou, foi consumido, recebido, executado ou transferido. A máquina utilizada para a produção do principal produto de uma determinada entidade deve ser desreconhecida quando

- A) perder todo o potencial de produzir benefícios econômicos para a entidade.
- B) estiver parcialmente depreciado.
- C) sofrer perda de valor recuperável.
- D) estiver sob controle da entidade.

Comentários:

Segundo a NBC TG – Estrutura Conceitual:

5.26 Desreconhecimento é a retirada de parte ou da totalidade de ativo ou passivo reconhecido do balanço patrimonial da entidade. O desreconhecimento normalmente ocorre quando esse item não atende mais à definição de ativo ou passivo:

(a) para o ativo, o desreconhecimento normalmente ocorre quando a entidade perde o controle da totalidade ou de parte do ativo reconhecido; e

(b) para o passivo, o desreconhecimento normalmente ocorre quando a entidade não possui mais uma obrigação presente pela totalidade ou parte do passivo reconhecido.

Nesse contexto, a letra A satisfaz o comando da questão, sendo que as demais afirmativas não possuem relação alguma com o que foi solicitado.

Gabarito: A

13. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Conforme a NBC TG – ESTRUTURA CONCEITUAL, uma Receita reflete aumento nos ativos, ou redução nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio. Avalie se são reconhecidos como Receita, nesse contexto, os seguintes itens:

- I. Ganho de aplicação financeira.
- II. Transferência de estoques a clientes.

III. Ganho na venda de imobilizado.

IV. Entrada de recursos pela emissão/venda de debêntures.

V. Entrada de recursos pela integralização do capital social.

VI. Ganho na venda de ações em tesouraria.

São considerados receitas os itens

- A) IV, V e VI.
- B) II, III e VI.
- C) I, III e IV.
- D) I, II e III.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa:

I. Ganho de aplicação financeira. **Correto**, o ganho decorrente de aplicações financeiras pode ser considerado uma receita do tipo financeira.

II. Transferência de estoques a clientes. **Correto**, conforme previsão do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a receita é reconhecida quando a entidade cumpre sua obrigação de desempenho. No caso da venda de mercadorias, essa obrigação é a transferência de controle dos estoques aos clientes.

III. Ganho na venda de imobilizado. **Correto**, a venda de um ativo imobilizado por valor superior a seu valor contábil gera um ganho, uma receita.

IV. Entrada de recursos pela emissão/venda de debêntures. **Errado**, a emissão de debêntures, ainda que seja com ágio, não enseja o reconhecimento de uma receita. Ao longo do prazo da operação, atendendo ao regime de competência, haverá o reconhecimento de uma receita financeira.

V. Entrada de recursos pela integralização do capital social. **Errado**, trata-se de transação de capital com os sócios, logo não há efeitos no resultado do exercício.

VI. Ganho na venda de ações em tesouraria. **Errado**, o ganho decorrente da venda de ações em tesouraria será lançado como uma reserva de capital, diretamente no patrimônio líquido. Não representa uma receita.

Gabarito: D

14. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) O conceito de Capital é adotado pela maioria das entidades na elaboração das Demonstrações Contábeis. A seleção do conceito apropriado de Capital pela entidade deve ser baseada nas necessidades dos seus usuários, principalmente, os preocupados com a manutenção de capital nominal investido ou com o poder de compra do capital investido. A manutenção do Capital em que o lucro é auferido somente se o montante dos ativos líquidos no final do período exceder o montante dos ativos líquidos no início do período, após excluir quaisquer distribuições para, e contribuições de, sócios durante o período, é a Manutenção do

- A) Capital Físico.
- B) Capital Financeiro.
- C) Capital Social.
- D) Capital Integralizado.

Comentários:

O **conceito financeiro** de capital é adotado pela maioria das entidades na preparação de suas demonstrações contábeis. De acordo com o conceito financeiro de capital, tal como o dinheiro investido ou seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativo líquido ou patrimônio líquido da entidade. Por outro lado, segundo o conceito físico de capital, o capital é considerado como a capacidade produtiva da entidade baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária.

Gabarito: B

15. (FGV/CFC/2024) Em 31/12/2022, uma companhia tinha seu capital social dividido em 40.000 ações ordinárias (ON). Naquela data, todas estavam em poder dos acionistas.

As seguintes operações com ações foram registradas durante o exercício de 2023:

Data	Operação
30/04/2023	Emissão de 1.000 novas ações ON, imediatamente subscritas e integralizadas pelos acionistas
30/09/2023	Recompra de 2.000 ações, mantidas em tesouraria
30/11/2023	Venda de 1.000 ações que estavam em tesouraria

Ao final do exercício de 2023, a companhia apurou Lucro Líquido de R\$ 202.110. Os valores do Resultado Básico por ação e do Resultado Diluído por ação, a serem divulgados pela companhia, são, respectivamente,

- A) 5,05275 e 5,02137.
- B) 5,02137 e 5,02137.
- C) 5,05275 e 4,92951.
- D) 5,05275 e 5,0275.

Comentário:

Vamos calcular o total de ações, ponderadas pelo tempo.

As ações iniciais (40.000) ficaram durante o ano todo em poder dos acionistas.

Em 30/04/2023, houve a emissão de 1.000 novas ações, as quais ficaram 8 meses em poder dos acionistas. Assim, vamos dividir a quantidade (1.000) por 12 meses e multiplicar por 8:

$(1.000 \text{ ações} / 12 \text{ meses}) \times 8 \text{ meses} = 667 \text{ ações}$.

O quadro completo fica assim:

Data	Operação	Quant.	Tempo (meses)	Quantidade Ponderada
	Ações ordinárias - inicial	40.000	12	40.000
30/04/2023	Emissão de 1.000 novas ações ON	1.000	8	667
30/09/2023	Recompra de 2.000 ações, mantidas em tesouraria	- 2.000	3	- 500
30/11/2023	Venda de 1.000 ações que estavam em tesouraria	1.000	1	83
	Total			40.250

Agora, vamos dividir o lucro pela quantidade ponderada de ações:

Lucro R\$ 202.110 / 40.250 ações = R\$ 5,02137.

Não houve nenhum fato que alterasse o resultado diluído. Assim, o resultado básico e o resultado diluído apresentam o mesmo valor, de R\$ 5,02137.

Gabarito: B

16. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1 Conforme a NBC TG 04 (R4) – ATIVO INTANGÍVEL, não são exemplos de gastos a serem reconhecidos como despesa aqueles incorridos com

- A) atividades pré-operacionais destinadas a constituir a empresa.
- B) treinamento do pessoal próprio.
- C) publicidade e atividades promocionais.
- D) o desenvolvimento de ativos intangíveis gerados internamente.

Comentários:

Um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo.

O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui:

(a) seu **preço de compra + impostos de importação + impostos não recuperáveis sobre compra – descontos comerciais e abatimentos.**

(b) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

Esquematizemos:

Custo de ativo intangível adquirido:
Preço de compra
Impostos de importação
Impostos não recuperáveis
(-) Descontos comerciais e abatimentos
Qualquer custo diretamente atribuível (testes, benefícios a empregados, honorários profissionais)

Não entram no custo do ativo intangível
Custos com propaganda
Promoção
Treinamento
Custos administrativos e outros custos indiretos

Voltando a nossa questão, das opções apresentadas, apenas o desenvolvimento de ativos intangíveis gerados internamente não será contabilizado como despesa, visto que, se atendidos os critérios de reconhecimento, eles poderão ser ativados ou capitalizados.

Os demais gastos apresentados são contabilizados como despesas.

Gabarito: D

17. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) A Sociedade A possui 65% de ações com direito a voto sobre a Sociedade B, cujo Patrimônio Líquido equivale a R\$2.000.000. Com essa participação a Sociedade A exerce o controle da sociedade B. Durante o exercício de 2023, a Sociedade “B” apresentou um lucro de R\$200.000. Diante dos dados apresentados, e de acordo com a NBC TG 18 (R3) – INVESTIMENTO EM COLIGADA, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, a Sociedade A efetuará, em suas demonstrações contábeis individuais, um registro de

- A) débito em Caixa e crédito em Investimentos na Sociedade B no valor de R\$130.000.
- B) débito em Investimentos na Sociedade B e crédito em Receita de equivalência patrimonial no valor de R\$200.000.
- C) débito em Receita de equivalência patrimonial e crédito em Investimentos na Sociedade B no valor de R\$200.000.
- D) débito em Investimentos na Sociedade B e crédito em Receita de equivalência patrimonial no valor de R\$130.000.

Comentários:

Questão que trata da contabilização dos ganhos ou perdas com equivalência patrimonial. A Sociedade A possui 65% de ações com direito a voto sobre a Sociedade B, logo se trata de um investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Segundo o item 10 da NBC TG 18 (R3):

10. Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto deve ser inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição. A participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida deve ser reconhecida no resultado do investidor.

Dessa forma, como a Cia B apresentou um lucro de R\$ 200.000, por equivalência patrimonial, a Cia A irá reconhecer, em seu resultado, 65% desse valor, a título de receita, isto é, $65\% \times 200.000 = \text{R\$ } 130.000,00$

A contabilização desse fato será:

Débito em Investimentos na Sociedade B	R\$130.000
Crédito em Receita de equivalência patrimonial no valor de	R\$ 130.000

Gabarito: D

18. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Sem observar as exceções previstas no item 4.1.5 da NBC TG 48 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS, um ativo financeiro que, para a entidade que reporta a informação, é mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, deve ser mensurado no momento subsequente ao

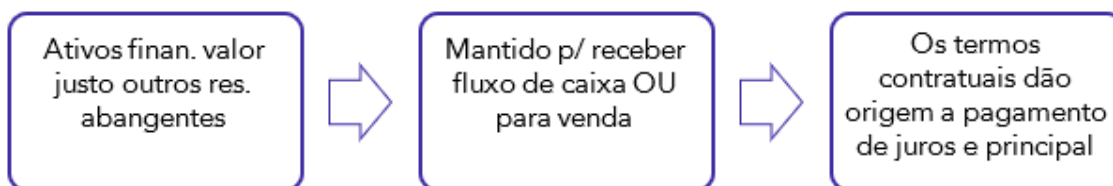
- A) Custo Amortizado.
- B) Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes.
- C) Valor Justo Por Meio de Resultado.
- D) Valor Realizável Líquido.

Comentários:

O ativo financeiro deve ser mensurado ao **valor justo por meio de outros resultados abrangentes** se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esquematizemos:



Nesse caso (valor justo por meio dos resultados abrangente), a entidade, em princípio, pretende segurar os títulos para receber os juros, **mas pode negociar os títulos em algum momento, se houver necessidade ou conveniência.**

Podemos relacionar essa classificação com a antiga categoria dos “títulos disponíveis para venda futura”.

Vale lembrar que o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial.

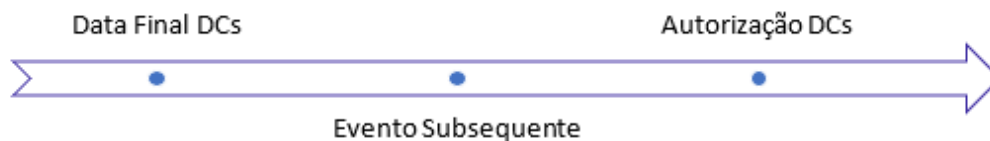
Gabarito: B

19. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) No ano de 2023, a Sociedade Empresária XXX foi autuada por um órgão fiscal que alegava o não recolhimento de determinado imposto no valor de R\$7.000.000. Com base na análise de seu departamento jurídico, a Sociedade Empresária constituiu uma provisão no valor de R\$5.000.000 nas demonstrações de 2023 e impetrou recurso administrativo ao referido órgão. Em 15/03/2024, o recurso da Sociedade Empresária foi julgado e o órgão fiscal determinou que a Sociedade Empresária recolhesse a quantia de R\$6.000.000. A Sociedade Empresária optou por não recorrer da decisão. A elaboração das demonstrações contábeis foi finalizada pelo Departamento Contábil em 28/02/2024 e o Conselho de Administração autorizou a emissão de tais demonstrações em 25/03/2024. Instado a decidir se a Sociedade Empresária XXX deve ajustar as Demonstrações Contábeis de 2023 e por qual valor, você declara, corretamente, que a Sociedade Empresária XXX

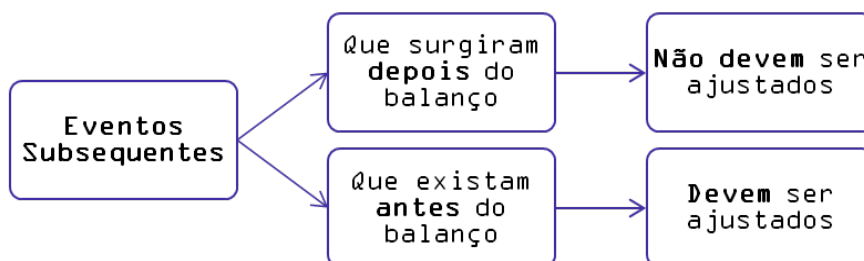
- A) deve ajustar as Demonstrações Contábeis de 2023, reduzindo o lucro do período e aumentando o passivo em R\$1.000.000.
- B) deve ajustar as Demonstrações Contábeis de 2023, reduzindo o lucro do período e aumentando o passivo em R\$2.000.000.
- C) não deve ajustar as Demonstrações Contábeis de 2023, sendo a determinação do órgão fiscal ocorrida depois de 31/12/2023.
- D) não deve ajustar as Demonstrações Contábeis de 2023, sendo a determinação do órgão fiscal ocorrida depois da data de finalização das Demonstrações Contábeis por parte do Departamento Contábil.

Comentários:

O CPC 24 define que evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é **autorizada a emissão dessas demonstrações.**



No tocante à necessidade de ajuste, tal pronunciamento estabelece o seguinte:



Após essa introdução, filtremos os trechos chaves do enunciado:

- Durante o exercício de 2023: provisão fiscal R\$ 5.000.000,00.
- Encerramento do exercício: 28 de fevereiro de 2024.
- Julgamento desfavorável (sem recurso) e novo valor: 15 de março de 2024; R\$ 6.000.000,00.
- Autorização da divulgação das demonstrações contábeis: 25 de março de 2024.

Análise:

Em 2023, a empresa soube da atuação fiscal e reconheceu uma provisão de R\$ 5.000.000,00.

D - Despesa com provisão fiscal (Conta de resultado: despesa) R\$ 5.000.000,00

C - Provisão Fiscal (Conta patrimonial: passivo) R\$ 5.000.000,00

Após seu julgamento (15/03/24), tal obrigação foi aumentada para R\$ 6.000.000.

O período subsequente terminou em 25 de março de 2024, quando as demonstrações contábeis foram aprovadas. Como se trata de condição que já existia na data do encerramento das demonstrações contábeis, deve ser efetuado o ajuste de R\$ 1.000.000,00 (R\$ 6.000.000,00 - R\$ 5.000.000,00)

D - Despesa com provisão fiscal (Conta de resultado: despesa) R\$ 1.000.000,00

C - Provisão Fiscal (Conta patrimonial: passivo) R\$ 1.000.000,00

Efeitos:

- Passivo: aumentou em R\$ 1.000.000,00
- Resultado: diminuiu em R\$ 1.000.000,00

Enfim, a empresa deve ajustar as Demonstrações Contábeis de 2023, reduzindo o lucro do período e aumentando o passivo em R\$ 1.000.000.

Gabarito: A

20. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Em 01/07/2021, uma loja de roupas adquiriu uma máquina de costura por R\$840. Na data, estimou que iria usar a máquina durante 4 anos e vendê-la pelo equivalente à vista de R\$200 após esse período. Em 01/01/2023, a loja constatou que poderia utilizar a máquina por mais 3 anos, a partir dessa data, mas seu valor residual seria zero. Assinale a opção que indica o valor contábil da máquina de costura em 31/12/2023, conforme a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado.

- A) R\$400.
- B) R\$440.
- C) R\$320.
- D) R\$210.

Comentários:

Nesse quesito, vamos recorrer a nossa receita de bolo:

Como calcular a depreciação pelo método da linha reta?

- 1) Pegue o valor de aquisição: R\$ 840,00
- 2) Encontre o valor residual: R\$ 200,00
- 3) Faça a diferença entre o valor de aquisição e o valor residual e encontraremos o chamado valor depreciable.
 $R\$ 840,00 - R\$ 200,00 = R\$ 640,00$
- 4) Encontre a vida útil: 4 anos
- 5) Divida o valor depreciable pela vida útil: $640/4 = R\$ 160,00$

Obs.: de 01/07/2021 até 01/01/2023, temos o intervalo de 1 ano e 6 meses, ou melhor, 18 meses ou 1,5 anos.

- 6) Depreciação Acumulada (6 meses) = $R\$ 160,00 \times (18/12) = R\$ 160,00 \times 1,5 = R\$ 240,00$

Valor Contábil Líquido dessa máquina em 01/01/2023 = $R\$ 840,00 - R\$ 240,00 = R\$ 600,00$

Todavia, **com as mudanças, o valor residual e a vida útil de um ativo devem ser revisados pelo menos ao final de cada ano**. Se houver diferença, deve ser realizada e tratada como **mudança de estimativa contábil**, como reza o artigo 51 do CPC 27.

Tomem nota! A vida útil e o valor residual agora podem aumentar e diminuir.

Foi o caso dessa questão, vejamos: *em 01/01/2023, a loja constatou que poderia utilizar a máquina por mais 3 anos, a partir dessa data, mas seu valor residual seria zero.*

Isso mesmo, vamos refazer o "bolo", mas daqui para frente:

- 1) Pegue o valor contábil: R\$ 600,00
- 2) Encontre o **NOVO** valor residual: 0
- 3) Faça a diferença entre o valor de aquisição e o valor residual e encontraremos o chamado valor depreciável.
 $R\$ 600,00 - R\$ 0,00 = R\$ 600,00$
- 4) Encontre a **NOVA** vida útil: 3 anos
- 5) Divida o valor depreciável pela vida útil: $600/3 = R\$ 200,00$

Obs.: de 01/01/2023 até 31/12/2023, temos o intervalo de 12 meses ou 1 ano.

- 6) Depreciação Acumulada (1 ano) = $R\$ 200,00 \times 1 = R\$ 200,00$

Valor Contábil Líquido dessa máquina em 31/12/2023 = $R\$ 600,00 - R\$ 200,00 = R\$ 400,00$

Gabarito: A

21. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) A Sociedade Empresária A possui estoque de um mix de mercadorias para revenda e deseja mensurar as mercadorias da categoria B de acordo com a NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE NBC TG 16 (R2) – ESTOQUES. Em termos unitários, o valor de custo das mercadorias dessa categoria é de R\$20; o valor realizável líquido é de R\$15 e o preço de venda é de R\$30. Considerando a quantidade de mil unidades, o seguinte valor dessas mercadorias deve ser apresentado no balanço patrimonial:

- A) R\$15.
- B) R\$15.000.
- C) R\$20.000.
- D) R\$30.000.

Comentários:

A questão aborda a mensuração de estoques conforme a NBC TG 16 (R2) – Estoques, que estabelece as regras para avaliação de itens em estoque no balanço patrimonial. O cenário apresentado envolve a Sociedade Empresária A, que possui um estoque de mercadorias da categoria B.

De acordo com o item 9 da NBC TG 16 (R2), os estoques devem ser avaliados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

9. Os estoques objeto desta Norma devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

Na questão, o valor de custo das mercadorias dessa categoria é de R\$20; o valor realizável líquido é de R\$15, logo os estoques serão avaliados por esse valor.

Considerando a quantidade de mil unidades, as mercadorias devem ser apresentadas no balanço patrimonial por $1.000 \times 15 = \text{R\$ } 15.000$.

Gabarito: B

22. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Em 01/01/2022, uma fábrica de cosméticos adquiriu, por R\$180.000, um terreno para a construção de um estacionamento para seus empregados. Em 31/12/2022, a fábrica realizou o teste de recuperabilidade desse terreno e constatou que seu valor em uso era de R\$170.000, enquanto o seu valor justo era de R\$190.000. Para vender o terreno, a fábrica deveria incorrer em despesas legais de alienação no valor de R\$15.000. Assinale o valor do terreno no balanço patrimonial da fábrica após o teste de recuperabilidade, conforme a NBC TG 01 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS.

- A) R\$170.000.
- B) R\$175.000.
- C) R\$180.000.
- D) R\$190.000.

Comentários:

Em 01/01/2022, vamos reconhecer esse terreno pelo seu custo de R\$180.000,00.

Posteriormente, a entidade realizou o teste de recuperabilidade:

Adendo! Entre a aquisição e a realização do teste, transcorreu-se 1 ano, ressaltamos que terrenos, em regra, não são depreciados. Assim, o valor contábil será ainda o valor de custo.

Observem o item 58 do CPC 27:

58. Terrenos e edifícios são ativos separáveis e são contabilizados separadamente, mesmo quando sejam adquiridos conjuntamente. **Com algumas exceções, como as pedreiras e os locais usados como aterro, os terrenos têm vida útil ilimitada e, portanto, não são depreciados.** Os edifícios têm vida útil limitada e, por isso, são ativos depreciáveis. O aumento de valor de um terreno no qual um edifício esteja construído não afeta o valor contábil do edifício.

- Valor uso = R\$ 170.000,00
- Valor realizável líquido = R\$190.000 - R\$15.000 = R\$ 175.000,00

O valor recuperável é o MAIOR entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso, portanto R\$ 175.000,00

Agora, vamos comparar o valor recuperável com o valor contábil do ativo:

- Valor Contábil = R\$ 180.000,00
- Valor Recuperável = R\$ 175.000,00

Como o Valor Recuperável é menor em R\$ 5.000 (180.000 – 175.000), a empresa contabiliza um ajuste para perdas com *Impairment*:

D – Perdas com teste de Recuperabilidade (resultado)	5.000,00
C – Ajuste para perda com Recuperabilidade (Ret. Ativo)	5.000,00

E o valor contábil (que é o valor evidenciado no Balanço Patrimonial) fica assim:

Valor original	R\$ 180.000,00
(-) Ajuste para perda com recuperabilidade	-R\$ 5.000,00
= Valor contábil	R\$ 175.000,00

Diante do exposto, o valor do terreno no balanço patrimonial da fábrica após o teste de recuperabilidade, é de R\$ 175.000.

Gabarito: B

23. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma sociedade empresária apresenta saldo de R\$80.000 na conta “Despesas antecipadas”. Nas Demonstrações contábeis, essa conta é apresentada como

- A) ativo, no balanço patrimonial.
- B) passivo, no balanço patrimonial.
- C) outras despesas, na demonstração do resultado do exercício.
- D) despesas operacionais, na demonstração do resultado do exercício.

Comentários:

A questão aborda o tratamento contábil da conta "Despesas Antecipadas", que representa gastos pagos antecipadamente pela empresa, mas cujos benefícios econômicos serão usufruídos em períodos futuros, como (I) seguros pagos antecipadamente; (II) aluguéis adiantados; ou (III) assinaturas de serviços. O saldo apresentado é de R\$ 80.000, e o examinador questiona onde essa conta deve ser apresentada nas demonstrações contábeis.

(A) ativo, no balanço patrimonial.

Alternativa correta. As despesas antecipadas são classificadas como ativo circulante (quando o benefício ocorrerá em até 12 meses) ou não circulante (se o prazo for superior). Isso acontece porque representam recursos econômicos futuros (direito a serviços ou benefícios já pagos), atendendo à definição de ativo da NBC TG 00 (R2) - Estrutura Conceitual.

(B) passivo, no balanço patrimonial.

Alternativa incorreta. Passivos representam obrigações presentes, e despesas antecipadas são direitos, não obrigações. Muito cuidado para não confundir com receitas antecipadas, que de fato são passivos, pois representam obrigações de entregar produtos/serviços.

(C) outras despesas, na demonstração do resultado do exercício.

Alternativa incorreta. A DRE registra despesas incorridas no período. As despesas antecipadas só se tornam despesas na DRE quando o benefício é consumido (por exemplo, à medida que o tempo passa no caso de um aluguel antecipado). Enquanto não consumidas, são ativos, não despesas.

(D) despesas operacionais, na demonstração do resultado do exercício.

Alternativa incorreta. Mesmo raciocínio da alternativa C. Despesas operacionais são registradas na DRE apenas quando incorridas, por exemplo, quando o mês do aluguel antecipado efetivamente passa. O valor de R\$ 80.000,00 refere-se ao saldo ainda não apropriado (ativo), não a despesas já realizadas.

Gabarito: A

24. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Considere os seguintes elementos das demonstrações contábeis:

I. Ativo.

II. Despesa.

III. Receita.

IV. Passivo.

V. Patrimônio Líquido.

Desses elementos os que apresentam natureza devedora são:

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, III e V, apenas.

Comentários:

- **Elementos:**

Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido.

Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração do resultado são as receitas e as despesas.

- **Natureza**

Quanto à natureza, as contas podem ser classificadas em **CONTAS DEVEDORAS OU CREDORAS**.

- Devedoras: aumentam pelo débito e diminuem pelo crédito

Exemplos: Ativo, Retificadoras do Passivo, Retificadoras do PL, Despesas.

O quesito trouxe os seguintes exemplos: I. Ativo e II. Despesa.

- Credoras: aumentam pelo crédito e diminuem pelo débito.

Exemplos: Passivo, Patrimônio Líquido, Retificadoras do Ativo e Receitas.

O quesito trouxe os seguintes exemplos: III. Receita, IV. Passivo e V. Patrimônio Líquido.

Com base no exposto, desses elementos, os que apresentam natureza devedora são: I e II, apenas.

Gabarito: A

25. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) De acordo com a NBC TG 02 (R3) – EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, os elementos do balanço patrimonial podem ser classificados como monetários e não monetários. Assinale a opção que indica um ativo classificado como ativo não monetário em uma papelaria.

- A) Estoques.
- B) Contas a receber.
- C) Aplicações financeiras.
- D) Adiantamento de clientes.

Comentários:

O item 16 do CPC 02 explica que a característica essencial de item não monetário é a ausência do direito a receber (ou da obrigação de entregar) um número fixo ou determinável de unidades de moeda.

Ainda, cita alguns exemplos:

- adiantamento a fornecedores de mercadorias;
- adiantamento a prestadores de serviços;
- *goodwill*;
- ativos intangíveis;
- **estoques**;
- imobilizado;
- ativo de direito de uso;
- provisões a serem liquidadas mediante a entrega de ativo não monetário.

Por outro lado, ensina que a característica essencial de item monetário é o direito a receber (ou a obrigação de entregar) um número fixo ou determinável de unidades de moeda.

Adicionalmente, cita os seguintes exemplos:

- passivos de planos de pensão ou outros benefícios a empregados a serem pagos com caixa;
- provisões que devem ser liquidadas em caixa;
- passivos de arrendamento;
- dividendos a serem distribuídos com caixa, que são reconhecidos como passivos.
- contrato que preveja o direito a receber (ou a obrigação de entregar) um número variável de instrumentos patrimoniais da própria entidade ou uma quantidade variável de ativos, cujo valor justo a ser recebido (ou a ser entregue) iguale-se ao número fixo ou determinável de unidades de moeda.

Após essa revisão, julguemos as alternativas:

- (A) Estoques → Ativo Não Monetário
- (B) Contas a receber → Ativo Monetário
- (C) Aplicações financeiras → Ativo Monetário
- (D) Adiantamento de clientes → Ativo Monetário

Gabarito: A

26. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Em dezembro de 2023, uma empresa de consultoria comprou, à vista, aparelhos de ar condicionado, para o seu escritório, por R\$6.000. Na data, pagou o frete no valor de R\$200 e a instalação no valor de R\$2.000. Os caixas consumidos, reconhecidos na Demonstração dos Fluxos de Caixa da empresa, elaborada pelo método direto, pelas atividades operacional e de investimento, de acordo com a NBCTG 03 (R3) – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA, ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS, são, respectivamente:

- A) zero e R\$8.200.
- B) R\$200 e R\$8.000.
- C) R\$2.000 e R\$6.200.
- D) R\$2.200 e R\$6.000.

Comentários:

Existem três classificações para os fluxos de caixas: operacionais, investimento e financiamento.

O quesito acabou focando duas:

- **Atividade Operacional**

Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade. Portanto, eles geralmente resultam de transações e de outros eventos que entram na apuração do lucro líquido ou prejuízo.

Os dados apresentados indicam que não houve caixa gerado nem consumido nas atividades operacionais. Isto é, foi zero.

Fica assim:

Atividade Operacional

Caixa consumido na atividade operacional R\$ 0,00

- **Atividade de Investimentos**

A divulgação em separado dos fluxos de caixa advindos das atividades de investimento é importante em função de tais fluxos de caixa representarem a extensão em que os dispêndios de recursos são feitos pela entidade com a finalidade de gerar lucros e fluxos de caixa no futuro. Somente desembolsos que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.

Aqui, temos que nos perguntar o seguinte: quanto saiu do caixa?

Aquisição de imobilizado + frete + instalação = R\$ 6.000 + R\$ 200 + R\$ 2.000 = R\$ 8.200.

Fica assim:

Atividade de investimento

Aquisição à vista de novas máquinas (R\$ 8.200,00)

Caixa consumido pelas Atividades investimento (R\$ 8.200,00)

Gabarito: A

27. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma sociedade empresária oferece serviços de entrega de documentos. Para realizar as entregas, possui cinco motos, sendo que cada uma apresentava, em 31/12/2023, valor contábil de R\$30.000. Além disso, a sociedade empresária possui duas motos que são utilizadas exclusivamente para a locomoção de seus diretores. Cada uma dessas motos apresentava, em 31/12/2023, valor contábil de R\$50.000. Assinale a opção que indica a apresentação das motos no balanço patrimonial da sociedade empresária em 31/12/2023.

- A) Investimentos: R\$250.000.
- B) Ativo Imobilizado: R\$250.000.
- C) Investimentos: R\$100.000 e Ativo Imobilizado: R\$150.000.
- D) Investimentos: R\$150.000 e Ativo Imobilizado: R\$100.000.

Comentários:

Uma sociedade empresária oferece serviços de entrega de documentos. Para realizar as entregas, possui cinco motos, sendo que cada uma apresentava, em 31/12/2023, valor contábil de R\$30.000.

Motos para entregas = 5 motos x R\$ 30.000 = R\$ 150.000

Tais ativos se enquadram na definição de ativo imobilizado, pois é um ativo usado na prestação de serviços.

Além disso, a sociedade empresária possui duas motos que são utilizadas exclusivamente para a locomoção de seus diretores. Cada uma dessas motos apresentava, em 31/12/2023, valor contábil de R\$50.000.

Motos para locomoção de seus diretores = 2 motos x R\$ 50.000 = R\$ 100.000

Novamente, temos ativos imobilizados. Dessa vez, são vinculados à atividade da empresa (fins administrativos).

Portanto, ambos são ativos imobilizados e, conseqüentemente, totalizarão R\$ 250.000,00 (150.000 + 100.000) no balanço patrimonial da sociedade empresária em 31/12/2023.

Gabarito: B

28. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma sociedade empresária apresenta a seus usuários externos as informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos. Conforme a Lei nº 6.404/76, essa informação deve ser incluída

- A) nas Notas Explicativas.
- B) no Relatório do Auditor.
- C) no Relatório da Administração.
- D) na Carta de Responsabilidade da Administração.

Comentários:

O enunciado descreveu uma informação apresentada nas Notas Explicativas. Observem o texto dessa lei:

Art. 176 § 5o As notas explicativas devem: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – **apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;** (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

IV – indicar: (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único); (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
- c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º); (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
- f) o número, espécies e classes das ações do capital social; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
- h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º); e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
- i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

Gabarito: A

29. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Em 2023, a Demonstração do Resultado do Exercício de uma entidade apresentou Receita Líquida de R\$200.000 e Lucro Bruto de R\$150.000. Pode-se constatar que, na demonstração, a seguinte conta apresenta saldo de R\$50.000:

- A) despesas de vendas.
- B) despesas operacionais.
- C) deduções da receita.
- D) custo das mercadorias vendidas.

Comentários:

O Lucro Bruto ou Resultado com Mercadorias é a diferença entre a receita líquida de vendas e o Custo da Mercadorias Vendidas.

$$\text{Lucro Bruto} = \text{Receita líquida} - \text{CMV}$$

Dado que temos Receita Líquida de R\$ 200.000 e Lucro Bruto de R\$ 150.000, o CMV será de:

$$150.000 = 200.000 - \text{CMV}$$

$$\text{CMV} = 200.000 - 150.000 = 50.000$$

Entretanto, para compreender bem essa questão e aprimorar ainda mais seu conhecimento sobre a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), é fundamental conhecer sua estrutura, que segue esta sequência lógica, de acordo com a Lei nº 6.404/1976:

Estrutura da demonstração do resultado do exercício
Faturamento bruto (venda bruta + IPI sobre faturamento)
(-) IPI sobre faturamento bruto
Vendas brutas/Receita bruta de vendas/Receita operacional bruta
(-) Deduções da receita bruta
Devoluções e cancelamento de vendas
Abatimentos sobre vendas
Descontos incondicionais concedidos/descontos comerciais
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços (ICMS, ISS, PIS, COFINS)
Ajuste a valor presente sobre clientes
Vendas líquidas/Receita líquida de vendas/Receita operacional líquida
(-) Custo da mercadoria vendida (CMV = Est. inicial + Compras líq. – Est. final)
Lucro bruto/Resultado operacional bruto/Resultado com mercadorias
(-) Despesas operacionais
Com vendas
Administrativas
Gerais
Financeiras líquidas (despesas financeiras – receitas financeiras)
Outras despesas operacionais
+ Outras receitas operacionais
Resultado operacional líquido/Lucro ou prejuízo operacional líquido
(-) Outras despesas (antigas despesas não operacionais)
+ Outras receitas (antigas receitas não operacionais)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido
(-) Despesa com provisão para Imposto de Renda e CSLL
Resultado após o Imposto de Renda/CSLL e antes das participações
(-) Participações estatutárias sobre o lucro
Debenturistas
Empregados
Administradores
Partes beneficiárias
Fundo de assistência/previdência a empregados
Lucro ou prejuízo líquido do exercício

Dessa forma, torna-se evidente que as outras alternativas apresentadas (despesas de vendas, despesas operacionais e deduções da receita) não se encaixam nesse contexto específico. As deduções da receita já foram consideradas no cálculo da Receita Líquida (que é a Receita Bruta menos as deduções). Já as despesas de vendas e operacionais aparecem na DRE após o cálculo do Lucro Bruto, portanto não interferem nesse resultado específico.

Gabarito: D

30. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Em janeiro de 2024, uma companhia aérea anunciou uma promoção especial de Dia das Mães e vendeu, em fevereiro, 200 passagens aéreas do Rio de Janeiro para Porto Alegre, por R\$300 cada, recebidos à vista. Em maio de 2024, os aeroportos de Porto Alegre foram fechados, de modo que a companhia aérea comunicou aos clientes que as passagens poderiam ser utilizadas em junho, sem pagamento de taxas e penalidades. Suponha que todos os clientes viajem em junho de 2024. Nesse caso, de acordo com a NBC TG 47 – Receita de Contratos com Clientes, a receita da companhia aérea relativa à venda das 200 passagens deve ser reconhecida no mês de

- A) janeiro.
- B) fevereiro.
- C) maio.
- D) junho

Comentários:

Conforme o pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente:

Satisfação de obrigação de desempenho

31. A entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

Neste tópico, podemos destacar os seguintes pontos:

- 1 – A entidade deve reconhecer receita quando cumprir a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço ao cliente.
- 2 – O ativo é considerado transferido quando o cliente obtiver o **controle** desse ativo.

O controle do ativo refere-se à capacidade de determinar o uso do ativo e de obter os benefícios provenientes do ativo.

Enfim, uma receita deve ser reconhecida (contabilizada) quando a empresa cumpre sua obrigação de *performance* pela entrega ou transferência dos bens ou serviços. Assim, no caso narrado no enunciado, a **receita deve ser reconhecida em junho de 2024**, quando o cliente obtém o controle do ativo.

Gabarito: D

31. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma farmácia apresentava os seguintes saldos em seu ativo, em 31/12/2023:

- Aplicação financeira com vencimento em 380 dias: R\$200.000;
- Clientes com recebimento previsto para 180 dias: R\$140.000;
- Disponibilidades: R\$50.000;
- Estoque com venda prevista para até 60 dias: R\$120.000;
- Imóvel onde funciona a farmácia: R\$600.000;
- Móveis e utensílios utilizados em suas lojas: R\$300.000.

O ativo circulante da farmácia em 31/12/2023 foi de

- A) R\$170.000.
- B) R\$190.000.
- C) R\$310.000.
- D) R\$510.000.

Comentários:

Segundo a Lei 6.404:

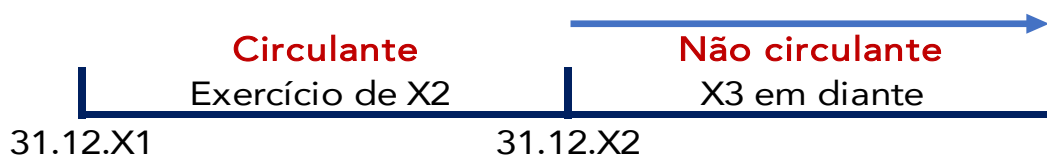
Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

Essa lei adota como marco temporal a data do encerramento do exercício social. Contudo, se não estivermos falando dessa data, devemos considerar o período de 12 meses.

Circulante -> até o final do exercício subsequente

Não Circulante -> Após o final do exercício subsequente em diante



A exceção fica por conta das transações não usuais com pessoas ligadas (Coligadas, Controladas, Diretores, administradores, sócios, Acionistas ou participantes do lucro). Nesse caso, mesmo que o prazo de recebimento seja inferior a 12 meses, estamos diante de um ativo não circulante - realizável a longo prazo.

O ativo não circulante é composto pelo ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Vejamos suas respectivas definições previstas na lei 6.404/76:

- ativo realizável a longo prazo:

Art. 179. II - No ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

- investimentos:

Art. 179. III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

- imobilizado:

Art. 179. IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens; (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

- intangível:

Art. 179. VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

Classificando, temos:

- Aplicação financeira com vencimento em 380 dias: R\$ 200.000 → ANC - Realizável a longo prazo.
- Clientes com recebimento previsto para 180 dias: R\$ 140.000 → AC.
- Disponibilidades: R\$ 50.000 → AC.
- Estoque com venda prevista para até 60 dias: R\$ 120.000 → AC.
- Imóvel onde funciona a farmácia: R\$ 600.000 → ANC - Imobilizado.
- Móveis e utensílios utilizados em suas lojas: R\$ 300.000 → ANC - Imobilizado.

Após essa classificação, vamos destacar as contas do ativo circulante:

- Clientes com recebimento previsto para 180 dias: R\$ 140.000.
- Disponibilidades: R\$ 50.000.
- Estoque com venda prevista para até 60 dias: R\$ 120.000.

Portanto, o ativo circulante da farmácia em 31/12/2023 foi de R\$ 310.000.

Gabarito: C

32. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma joalheria reconheceu as seguintes receitas em 2023 com:

- vendas de mercadorias: R\$800.000;
- financeira: R\$400.000;
- equivalência patrimonial: R\$200.000;
- venda de ativo imobilizado: R\$170.000;
- aluguel de imóvel a terceiros: R\$120.000.

De acordo com a NBC TG 09 (R1) – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, na Demonstração do Valor Adicionado da joalheria, em 31/12/2023, o valor adicionado recebido em transferência apresenta o seguinte montante:

- A) R\$490.000.
- B) R\$600.000.
- C) R\$720.000.
- D) R\$890.000.

Comentários:

Conforme apresentamos, valor adicionado recebido em transferência representa a riqueza que não tenha sido criada pela própria entidade, e sim por terceiros, e que a ela é transferida, como receitas financeiras, de equivalência patrimonial, dividendos, aluguel, *royalties* etc. Isso precisa ficar destacado, inclusive para evitar dupla-contagem em certas agregações.

Resultado de equivalência patrimonial (MEP) – o **resultado da equivalência pode representar receita ou despesa**; se despesa, deve ser considerado como redução ou valor negativo.

Receitas financeiras – inclui todas as receitas financeiras, inclusive as variações de valor justo de instrumentos financeiros ativos reconhecidas na Demonstração do Resultado do Período e as variações cambiais ativas, independentemente de sua origem.

Outras transferências recebidas – inclui dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis (exceto quando se tratar do objeto da entidade), direitos de franquia etc.

Dessa forma, o valor adicionado recebido em transferência foi de R\$ 720.000:

- financeira: R\$ 400.000;
- equivalência patrimonial: R\$ 200.000;
- aluguel de imóvel a terceiros: R\$ 120.000.

No tocante aos demais itens:

- vendas de mercadorias: R\$ 800.000 → receita de venda de mercadorias, produtos e serviços representa os valores reconhecidos na contabilidade a esse título pelo regime de competência e incluídos na Demonstração do Resultado do Período;
- venda de ativo imobilizado: R\$ 170.000 → outras receitas representam os valores que sejam oriundos, principalmente, de baixas por alienação de ativos não circulantes, tais como resultados na venda de imobilizado, de investimentos e outras transações incluídas na demonstração do resultado do exercício que não configuram reconhecimento de transferência à entidade de riqueza criada por outras entidades. Incluem os ajustes (positivos e negativos) de mensuração de ativos não monetários (valor justo, valor realizável líquido etc.), tais como ativos biológicos, estoques, propriedades para investimentos etc. Dessa forma, o item de “outras receitas” pode apresentar sinal negativo e assim deve ser mantido.

Gabarito: C

33. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) De acordo com a Lei no 6.404/76, em uma sociedade empresária, as Reservas de Capital poderão ser utilizadas para absorver prejuízos quando

- A) não houver ações em tesouraria.
- B) estes estiverem acumulados há no mínimo três exercícios sociais.
- C) estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros.
- D) houver garantia de que os dividendos mínimos obrigatórios serão pagos em conformidade.

Comentários:

As **reservas de capital são valores recebidos pela empresa (dos sócios ou de terceiros) que não se configuram como receita**, isto é, não transitam pelo resultado do exercício, sendo contabilizadas diretamente à conta de Patrimônio Líquido.

São Reserva de Capital: ágio na emissão de ações, produto da alienação de partes beneficiárias e produto da alienação de bônus de subscrição.

Conforme previsão do art. 200 da LSA, as reservas de capital podem ter a seguinte utilização:

Art. 200. As reservas de capital somente poderão ser utilizadas para:

I - absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros (artigo 189, parágrafo único);

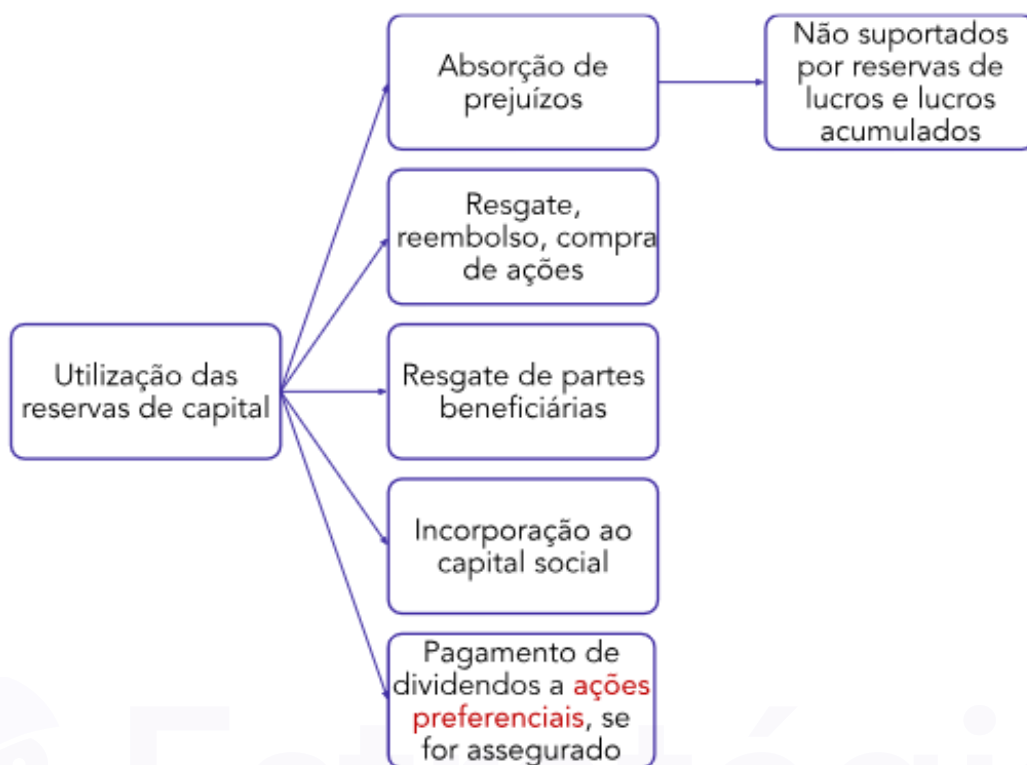
II - resgate, reembolso ou compra de ações;

III - resgate de partes beneficiárias;

IV - incorporação ao capital social;

V - pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (artigo 17, § 5º).

Parágrafo único. A reserva constituída com o produto da venda de partes beneficiárias poderá ser destinada ao resgate desses títulos.

**Gabarito: C**

34. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Em abril de 2024, uma empresa de consultoria adquiriu 10 cadeiras para seus funcionários por R\$400 cada. Metade do valor foi pago à vista e o restante tem pagamento previsto para junho do mesmo ano. No momento da compra, observam-se as seguintes modificações nos saldos de seus elementos patrimoniais:

- A) aumento de R\$2.000 no ativo e no passivo.
- B) aumento de R\$4.000 no ativo e no passivo.
- C) aumento de R\$4.000 no ativo e no patrimônio líquido.
- D) diminuição de R\$2.000 no ativo, aumento de R\$2.000 no passivo e diminuição de R\$4.000 no patrimônio líquido.

Comentários:

Valor total = 10 cadeiras x R\$ 400 = R\$ 4.000

Esse valor foi pago metade em dinheiro e metade a prazo. Consequentemente, o lançamento é o seguinte:

D - Móveis R\$ 4.000 (↑ Ativo)

C - Disponibilidades R\$ 2.000 (↓ Ativo)

C - Duplicatas a pagar R\$ 2.000 (↑ Passivo)

Efeitos:

- Ativo: $+ 4.000 - 2.000 = + 2.000$
- Passivo: $+ 2.000$
- PL = 0

Gabarito: A

35. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma livraria utiliza o critério PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) para mensurar os seus estoques. Em 01/01/2024, havia 20 livros de Contabilidade Avançada em estoque, que foram comprados por R\$100 cada. Em 05/01/2024, a livraria adquiriu mais 30 unidades desse mesmo título, por R\$120 cada. Já em 10/01/2024, a livraria vendeu 35 exemplares desse livro a um grupo de estudantes, por R\$200 cada. De acordo com a NBC TG 16 (R2) – ESTOQUES, o custo das mercadorias vendidas reconhecido em janeiro foi de

- A) R\$3.500.
- B) R\$3.800.
- C) R\$4.100.
- D) R\$4.200.

Comentários:

O quesito informou adoção do método PEPS. Lembrando que, no PEPS, o primeiro a entrar é o primeiro a sair. Ou seja, as mercadorias mais antigas são baixadas primeiro.

Elaboremos a ficha de controle de estoque:

PEPS									
	Entrada			Saída			Saldo		
	Quantidade	Valor	Saldo	Quantidade	Valor	Saldo	Quantidade	Valor	Saldo
Saldo Inicial							20	100	2.000
Compra	30	120	3.600				20	100	2.000
							30	120	3.600
Venda				20	100	2.000			
							15	120	1.800

Adendo! Também podemos resolver sem a ficha de controle de estoque. Vejam:

Método = PEPS

Em 01/01/2024, havia 20 livros de Contabilidade Avançada em estoque, que foram comprados por R\$100 cada.

$EI = 20 \text{ unidades} \times R\$ 100 = R\$ 2.000$

Em 05/01/2024, a livraria adquiriu mais 30 unidades desse mesmo título, por R\$120 cada.

$EI = 20 \text{ unidades} \times R\$ 100 = R\$ 2.000$

$Compra 1 = 30 \text{ unidades} \times R\$ 120 = R\$ 3.600$

Já em 10/01/2024, a livraria vendeu 35 exemplares desse livro a um grupo de estudantes, por R\$200 cada.

Saídas (CMV):

$(EI = 20 \text{ unidades} \times R\$ 100 = R\$ 2.000)$

$(Compra 1 = 15 \text{ unidades} \times R\$ 120 = R\$ 1.800)$

$CMV = 2.000 + R\$ 1.800 = R\$ 3.800$

Gabarito: B

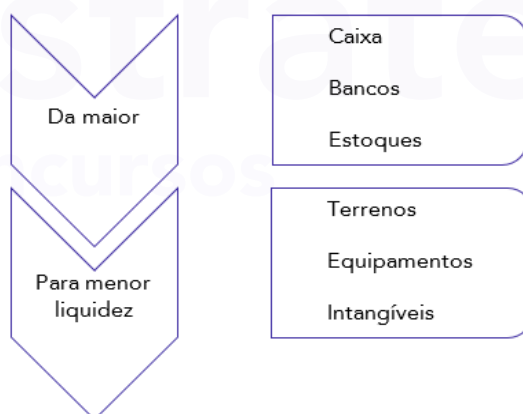
36. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Conforme a Lei no 6.404/76, no Balanço Patrimonial, as contas do ativo são apresentadas de acordo com a ordem decrescente de grau de

- A) liquidez.
- B) relevância.
- C) objetividade.
- D) valor monetário.

Comentários:

A referida norma ensina que o ativo é disposto em ordem **DECRESCENTE** do grau de liquidez.

A liquidez refere-se à expectativa de conversão em dinheiro de um bem ou direito. Dessa forma, **começaremos a expor as contas no ativo pela maior conversibilidade em dinheiro, ou seja, pela conta caixa, que já representa o próprio numerário.** Em seguida, classificaremos a conta bancos, aplicações financeiras de liquidez imediata e assim por diante, até a conta terrenos ou outra que tenha baixíssima liquidez.



Observem o parágrafo 1 do art. 178 dessa lei:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º **No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados**, nos seguintes grupos:

I – ativo circulante; e

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Gabarito: A

37. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) A Euza Batista Modas é uma indústria têxtil que confecciona apenas calças. No mês de maio de 2024, apresentou os seguintes dados a respeito da sua produção

Descrição	Custo Padrão			Custo Real		
	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total
Tecido Jeans	1,50	45,00	67,50	2,00	55,00	110,00
Botão	3,00	6,55	19,65	6,00	5,47	32,82
Linha	220,00	0,15	33,00	290,00	0,11	31,90

A gestora da companhia tem por costume utilizar o método de custo padrão para tomar suas decisões. A partir dos dados apresentados, assinale a principal conclusão a respeito da variação dos insumos de produção.

- A) Todas as variações foram desfavoráveis.
- B) Todas as variações de quantidade foram desfavoráveis.
- C) As variações de custo unitário dos itens botão e linha foram desfavoráveis.
- D) O tecido jeans foi o único insumo da produção que teve variações favoráveis.

Comentários:

Vamos resolver com o método XI:

	REAL	(-) PADRÃO	= VARIAÇÃO
Quantidade			
Preço (\$)			
Total (\$)			

O cálculo das variações de **quantidade** e **preço** formam um X. E o cálculo da **variação mista** forma um I.

Para dificultar, a banca trouxe três itens:

- Tecido jeans

Tecido jeans	Real	Padrão	Diferença
Quantidade	2,0	1,50	0,5
Preço	55,0	45,0	10,0
Total	110,0	67,50	-42,50

Cálculo das variações:

Variação quantidade: $0,5 \times 45,0 = 22,50$ (Desfavorável)

Variação de preço: $10,0 \times 1,50 = 15,0$ (Desfavorável)

Variação mista: $0,5 \times 10,0 = 5$ (Desfavorável)

- Botão

Botão	Real	Padrão	Diferença
Quantidade	6,00	3,00	3
Preço	5,47	6,55	-1,08
Total	32,82	19,65	13,17

Cálculo das variações:

Variação quantidade: $3 \times 6,55 = 19,65$ (Desfavorável)

Variação de preço: $-1,08 \times 3,00 = -3,24$ (Favorável)

Variação mista: $-1,08 \times 3,0 = -3,24$ (Favorável)

- Linha

Linha	Real	Padrão	Diferença
Quantidade	290,00	220,00	70,00
Preço	0,11	0,15	-0,04
Total	31,90	33,00	-1,10

Cálculo das variações:

Variação quantidade: $0,15 \times 70,00 = 10,50$ (Desfavorável)

Variação de preço: $-0,04 \times 220,00 = -8,80$ (Favorável)

Variação mista: $-0,04 \times 70,0 = -2,80$ (Favorável)

Após esses cálculos, vamos julgar as alternativas:

(A) Todas as variações foram desfavoráveis.

Falso, pois tanto botão quanto linha apresentaram variações de preço favoráveis.

(B) Todas as variações de quantidade foram desfavoráveis.

Filtremos esses dados:

Tecido → variação quantidade: $0,5 \times 45,0 = 22,50$. Desfavorável.

Botão → variação quantidade: $3 \times 6,55 = 19,65$. Desfavorável.

Linha → variação quantidade: $0,15 \times 70,00 = 10,50$. Desfavorável.

Observa-se que todas as variações de quantidade foram desfavoráveis. Esse é nosso gabarito.

(C) As variações de custo unitário dos itens botão e linha foram desfavoráveis.

Filtremos esses dados:

Botão → variação de preço: $-1,08 \times 3,00 = -3,24$ (Favorável).

Linha → variação de preço: $-0,04 \times 220,00 = -8,80$ (Favorável).

Na realidade, elas foram favoráveis. Alternativa errada.

(D) O tecido jeans foi o único insumo da produção que teve variações favoráveis.

Verdade seja dita: o tecido *jeans* foi o único insumo de produção que só teve variações desfavoráveis.

Os demais apresentaram variações favoráveis. Alternativa errada.

Gabarito: B

38. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma sociedade empresária apresentou os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial em 31/12/2023:

- Capital Social: 180.000;
- Disponibilidades: 80.000;
- Empréstimos a pagar a Longo Prazo: 150.000;
- Estoques: 20.000;
- Fornecedores a pagar: 70.000;
- Imobilizado: 130.000;
- Realizável a Longo Prazo: 170.000.

Considerando apenas os saldos dessas contas, a liquidez corrente aproximada da sociedade empresária em 31/12/2023 foi

A) 1,14.

B) 1,23.

C) 1,43.

D) 1,82.

Comentários:

Inicialmente, classifiquemos as contas conforme o grupo patrimonial a que pertencem:

- Ativo Circulante = 100.000,00

Disponibilidades: 80.000,;

Estoques: 20.000.

- Ativo Não Circulante = 300.000,00

Imobilizado: 130.000.

Realizável a Longo Prazo: 170.000.

- Passivo Circulante = 70.000,00

Fornecedores a pagar: 70.000.

- Passivo Não Circulante = 150.000,00

Empréstimos a pagar a Longo Prazo: 150.000.

- PL = 180.000,00

Capital Social: 180.000.

Após esses cálculos preliminares, vamos calcular o índice de liquidez:

O Índice de Liquidez Corrente (também conhecido como Liquidez Comum) mede a capacidade da empresa de pagar suas dívidas de curto prazo (passivo circulante) com os recursos de curto prazo (ativo circulante). É um índice muito utilizado e considerado como o melhor indicador da situação de liquidez da empresa.

$$\text{Liquidez corrente} = \text{Ativo circulante} / \text{Passivo circulante} = 100.000 / 70.000 = 1,428 \cong 1,43$$

Se a LC da empresa for de 1,43 ou 143%, podemos dizer que a empresa possui R\$ 1,43 reais no ativo circulante para cada real de dívida, a curto prazo.

Gabarito: C

39. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Observe a seguinte definição: Conceito fundamental de finanças e economia que diz respeito aos benefícios que podem ser perdidos quando uma opção é escolhida em detrimento de outra; em outras palavras, ele representa o valor da melhor opção a ser considerada após a tomada de decisão. A definição é referente a

- A) Custo Controlável.
- B) Custo de Oportunidade.
- C) Custo Perdido.
- D) Custos Imputados.

Comentários:

A questão aborda um conceito fundamental de finanças e economia que se refere aos benefícios perdidos quando uma alternativa é escolhida em detrimento de outra. Esse conceito é amplamente utilizado na análise de decisões econômicas e financeiras, tanto por empresas quanto por indivíduos.

Desse modo, vamos analisar cada alternativa e identificar qual é a correta.

(A) Custo Controlável.

Alternativa incorreta. Refere-se a custos que podem ser diretamente influenciados por um gestor em um determinado período, por exemplo, gastos com *marketing* ou matéria-prima. A questão fala sobre benefícios perdidos entre alternativas, não sobre custos que podem ser controlados por decisões gerenciais. Desse modo, a alternativa de fato está incorreta.

(B) Custo de Oportunidade.

Alternativa correta. O custo de oportunidade representa o valor da melhor alternativa não escolhida quando se toma uma decisão. É o benefício que poderia ter sido obtido se outro caminho fosse seguido. Por exemplo, se você decide investir R\$ 10.000,00 em um negócio que rende 5% ao ano, o custo de oportunidade é o rendimento que você deixou de ganhar ao não aplicar esse dinheiro em uma poupança (digamos 3% ao ano). Esse entendimento é crucial para avaliar *trade-offs* (escolhas entre alternativas) e alocação eficiente de recursos.

(C) Custo Perdido.

Alternativa incorreta. Custos perdidos são custos já incorridos e irreversíveis, que não devem influenciar decisões futuras, por exemplo, dinheiro gasto em um projeto falido. A questão não menciona custos irrelevantes para decisões futuras, mas, sim, o valor da melhor alternativa não escolhida.

(D) Custos Imputados.

Alternativa incorreta. Custos imputados são custos hipotéticos atribuídos a recursos que não têm um gasto monetário explícito, por exemplo, o salário que um empresário "deixaria de ganhar" ao trabalhar em seu próprio negócio. Embora relacionado a oportunidades, o termo é mais específico e não se encaixa perfeitamente na definição dada, que é mais ampla e abrange qualquer escolha entre alternativas.

Gabarito: B

40. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) A Sociedade Empresária Alegria Alegria Ltda. apresentou o seguinte Balanço Patrimonial em 31/12/20X1:

Balanço Patrimonial – ALEGRIA ALEGRIA Ltda.					
31/12/20X1					
Ativo	31/12/20X1	31/12/20X0	Passivo	31/12/20X1	31/12/20X0
Circulante	145.000,00	290.000,00	Circulante	34.000,00	68.000,00
Banco	25.000,00	50.000,00	Fornecedores	12.000,00	24.000,00
Caixa	40.000,00	80.000,00	Duplicatas a pagar	22.000,00	44.000,00
Estoque	80.000,00	160.000,00			
Não Circulante	270.000,00	540.000,00	Não Circulante	145.000,00	290.000,00
Realizável a Longo Prazo	35.000,00	70.000,00			
Imobilizado	145.000,00	290.000,00	Patrimônio Líquido	236.000,00	472.000,00
Investimentos	55.000,00	110.000,00	Capital Social	236.000,00	472.000,00
Intangível	35.000,00	70.000,00			
Total Ativo	415.000,00	830.000,00	Total Passivo	415.000,00	830.000,00

A partir dos dados apresentados é correto afirmar que

- A) o percentual dos ativos financiados por capital de terceiros corresponde a 8,19% em 20X1.
- B) a liquidez corrente em 20X1 é 111.000,00 e em 20X0 é -68.000,00.
- C) a empresa não tem capacidade de pagamento a curto prazo em 20X0 e em 20X1, sem considerar os seus estoques.
- D) a empresa possui mais que 50% dos seus recursos aplicados no ativo não circulante em 20X0.

Comentários:

(A) o percentual dos ativos financiados por capital de terceiros corresponde a 8,19% em 20X1.

O Índice de Endividamento Total indica a porcentagem que o endividamento representa sobre os recursos totais. Significa também qual é a porcentagem do ativo total financiada com recursos de terceiros.

A fórmula é a seguinte:

$$ET = \frac{\text{Exigível total}}{\text{Ativo total}} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}}$$

$$ET \text{ 20X1} = \frac{34.000 + 179.000}{145.000 + 270.000} = \frac{213.000}{415.000} = 0,51 \text{ ou } 51\%$$

Esse resultado demonstra que somente 51% dos ativos são financiados com capital de terceiros. Ou seja, 51% do ativo total é financiado com recursos de terceiros e 49% do ativo total com recursos próprios.

Alternativa errada.

(B) a liquidez corrente em 20X1 é 111.000,00 e em 20X0 é -68.000,00.

O Índice de Liquidez Corrente (também conhecido como Liquidez Comum) mede a capacidade da empresa de pagar suas dívidas de curto prazo (passivo circulante) com os recursos de curto prazo (ativo circulante). É um índice muito utilizado e considerado como o melhor indicador da situação de liquidez da empresa.

Sua fórmula é a seguinte:

$$LC \text{ 20X1} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LC \text{ 20X1} = \frac{145.000}{34.000} = 4,26$$

$$LC \text{ 20X0} = \frac{290.000}{68.000} = 4,26$$

Alternativa errada.

(C) a empresa não tem capacidade de pagamento a curto prazo em 20X0 e em 20X1, sem considerar os seus estoques.

O Índice de Liquidez Seca (também conhecido como *Acid Test* ou Teste Ácido) é mais adequado para as empresas que operam com estoques de difícil realização financeira, geralmente em função do alto valor. Como exemplo, podemos citar as empresas do setor imobiliário, em que a venda do estoque costuma ser mais lenta.

Sua fórmula é a seguinte:

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LS \text{ 20X1} = \frac{145.000 - 80.000}{34.000} = \frac{65.000}{34.000} = 1,91$$

$$LS \text{ 20X0} = \frac{290.000 - 160.000}{68.000} = \frac{130.000}{68.000} = 1,91$$

Significa que a empresa possui R\$1,91, no ativo circulante para cada real de dívida de curto prazo, sem considerar os estoques. Alternativa errada.

D) a empresa possui mais que 50% dos seus recursos aplicados no ativo não circulante em 20X0.

A Análise Vertical indica a estrutura das demonstrações contábeis, por meio de coeficientes de participações, bem como sua evolução no tempo.

No balanço patrimonial, os coeficientes são calculados em função do total do Ativo e total do Passivo + PL.

Para o Ativo Não Circulante, fica assim:

$$A.V. \text{ 20x0} = \frac{\text{Ativo Não Circulante}}{\text{Ativo total}} = \frac{540.000}{830.00} = 65\%$$

Portanto, a entidade possui mais do que 50% de seus recursos aplicados no ativo não circulante em 20X0. Esse é nosso gabarito.

Gabarito: D

41. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Uma fábrica de brinquedos produz dois tipos de carrinhos: com quatro portas e com duas portas. A demanda mensal de cada tipo de carrinho é de 200 e de 250 unidades, respectivamente. Além disso, o preço de venda e o custo variável unitário de cada tipo de carrinho são os seguintes

Tipo de carrinho	Preço de venda	Custo variável
Quatro portas	100	40
Duas portas	70	30

Em janeiro de 2024, a fábrica tinha 900 portas para a produção dos carrinhos que seriam vendidos em fevereiro e não era possível realizar compras adicionais.

Com o objetivo de maximização do resultado, assinale a opção que indica, respectivamente, o número de carrinhos de quatro e de duas portas que devem ser produzidos.

- A) 100 e 250.
- B) 200 e 250.
- C) 225 e zero.
- D) 800 e 50.

Comentários:

Uma questão interessante que trata de margem de contribuição com fator de restrição. O maior resultado possível será obtido dando-se prioridade à produção e venda dos produtos que possuem a maior margem de contribuição. Além disso, temos que considerar a demanda mensal com outro fator de restrição à produção, vejamos:

	Quatro portas	Duas portas
Preço Unitário	R\$ 100,00	R\$ 70,00
Custo Variável	R\$ 40,00	R\$ 30,00
Margem de Contribuição	R\$ 60,00	R\$ 40,00
Número portas	4	2
Margem de Contribuição/Fator Restrição	15	20

Os produtos que possuem a maior margem de contribuição por fator de restrição são, respectivamente: duas portas e quatro portas. Se usarmos a margem de contribuição sem restrição, incorreremos em erro.

Dessa forma, devemos primeiro produzir o máximo de carrinhos do tipo "duas portas", mas devemos considerar que a demanda mensal é de apenas 250 unidades. Não adianta a empresa produzir mais, pois não terá demanda.

250 carrinhos tipo "duas portas", o que irá consumir 500 portas (250 unidades x 2 portas)

Poderíamos produzir 450 unidades ($900/2$) desses carrinhos de duas portas, mas a demanda é de apenas 250, portanto vamos produzir essa quantidade, o que consumiria 500 portas, sobrando, assim, 400 portas.

Depois, produzir a maior quantidade possível de carrinhos tipo "quatro portas"; podemos produzir $400/4 = 100$ carrinhos desse tipo e iremos consumir todas as portas restantes.

O "mix" ideal de carrinhos, visando à maximização do resultado é a seguinte:

- 100 carrinhos do tipo quatro portas.
- 250 carrinhos do tipo duas portas.

Gabarito: A

42. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Um contador realizou uma análise completa das demonstrações contábeis de uma empresa, efetuando as análises horizontal, vertical e por indicadores. O contador constatou que as seguintes metodologias de análise traziam o mesmo resultado:

- A) análise vertical do Balanço Patrimonial e indicadores de prazos médios.
- B) análise horizontal do Balanço Patrimonial e indicadores de liquidez.
- C) análise vertical da Demonstração do Resultado do Exercício e indicadores de lucratividade.
- D) análise horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício e indicadores de rentabilidade.

Comentários:

Nos índices de **Lucratividade** relacionamos o **Lucro com as Vendas**.

São Indicadores de Lucratividade:

- Margem operacional:

$$MO = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

- Margem líquida:

$$ML = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

- Margem Bruta:

$$MB = \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

Curiosidade! Esses índices já são calculados por meio da Análise Vertical (também conhecida como análise da estrutura ou análise estática. Ela indica a estrutura das demonstrações contábeis, por meio de coeficientes de participações, bem como sua evolução no tempo).

Ademais, vamos analisar o motivo de as demais alternativas estarem incorretas:

(A) análise vertical do Balanço Patrimonial e indicadores de prazos médios.

Alternativa incorreta. A análise vertical do Balanço Patrimonial calcula a participação percentual de cada conta em relação ao total do ativo ou passivo, revelando a estrutura da empresa em um determinado momento. Já os indicadores de prazos médios (como prazo médio de recebimento de vendas ou prazo médio de pagamento a fornecedores) são cálculos temporais que avaliam a eficiência operacional em dias. Essas metodologias não podem trazer o mesmo resultado porque: (I) a análise vertical trabalha com percentuais estruturais, enquanto os prazos médios usam valores absolutos convertidos em dias; e (II) seus objetivos são completamente distintos, sendo que um mostra composição, o outro mede eficiência operacional.

(B) análise horizontal do Balanço Patrimonial e indicadores de liquidez.

Alternativa incorreta. A análise horizontal do Balanço Patrimonial compara a evolução das contas ao longo do tempo, mostrando variações percentuais período a período. Os indicadores de liquidez (como liquidez corrente ou seca), por sua vez, avaliam a capacidade de pagamento no curto prazo por meio de relações entre ativos e passivos em um momento específico. A incompatibilidade ocorre porque: (I) a análise horizontal é dinâmica (variação no tempo), enquanto a liquidez é estática (foto do momento); e (II) uma conta pode crescer 20% na análise horizontal sem necessariamente melhorar os índices de liquidez, que dependem de relações entre múltiplas contas.

(D) análise horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício e indicadores de rentabilidade.

Alternativa incorreta. A análise horizontal da Demonstração do Resultado avalia como cada conta de receita e despesa evoluiu em termos percentuais entre períodos. Já os indicadores de rentabilidade (como ROE ou ROA) relacionam o lucro com os investimentos totais ou patrimônio líquido. A divergência dá-se porque: (I) a análise horizontal mede crescimento, enquanto a rentabilidade mede a eficiência do capital investido; (II) uma empresa pode ter crescimento nas receitas na análise horizontal, mas piora na rentabilidade se os investimentos crescerem desproporcionalmente; e (III) as bases de cálculo são fundamentalmente diferentes (variação temporal vs. relação lucro/investimento).

Gabarito: C

43. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Em relação às despesas orçamentárias, avalie se as despesas a seguir são classificadas como despesas correntes:

I. Despesas de custeio.

II. Investimentos.

III. Inversões Financeiras.

Está correto o que se apresenta em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Comentários

Segundo a Lei nº 4.320/64:

Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio

Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Transferências de Capital

Vejamos, portanto, os itens trazidos pela referida questão:

- I. **Certo.** De fato, as despesas de custeio são consideradas como despesas correntes.
- II. **Errado.** Pelo contrário, as despesas de investimentos serão consideradas como despesas de capital.
- III. **Errado.** As despesas de inversões financeiras serão consideradas como despesas de capital.

Portanto, ficamos com o **gabarito** na letra **A**.

Gabarito: A

44. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) O setor de contabilidade de um determinado ente público estadual identificou que, em janeiro de 2024, parte dos benefícios a serem pagos aos servidores ativos não foram processados em época própria, quando foi observado o direito ao recebimento, em outubro de 2023. Ao proceder com a emissão de empenho, considerando que o orçamento do referido ano consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-los, os benefícios foram classificados contabilmente como

- A) despesa corrente.
- B) despesa de capital.
- C) despesa de exercícios anteriores.
- D) despesa extraordinária.

Comentários

A questão aborda uma situação em que benefícios devidos a servidores públicos em outubro de 2023 não foram processados no período adequado, sendo identificados apenas em janeiro de 2024. Nesse caso, como o orçamento de 2023 já havia previsto os créditos necessários (com saldo suficiente) para cobrir tais despesas, mas o pagamento não ocorreu no exercício financeiro correto, a classificação contábil adequada é despesa de exercícios anteriores, conforme previsto no art. 37 da Lei nº 4.320/1964 e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

*São despesas cujos fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento. O art. 37 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que **as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.***

Analisando as demais alternativas:

(A) despesa corrente.

Alternativa incorreta. Segundo o MCASP, item 4.2.4.2., despesas correntes são todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Embora os benefícios aos servidores sejam tipicamente classificados como despesa corrente (por envolverem gastos com pessoal e manutenção da administração), o fato de o pagamento estar sendo realizado fora do exercício em que o direito foi gerado (outubro de 2023) exige uma classificação específica para esse contexto, descartando essa alternativa.

(B) despesa de capital.

Alternativa incorreta. Despesas de capital estão relacionadas a investimentos, inversões financeiras ou amortização da dívida (como obras ou aquisição de bens permanentes). Como se trata de benefícios a servidores, não há vínculo com essa categoria.

(D) despesa extraordinária.

Alternativa incorreta. Despesas extraordinárias são aquelas decorrentes de eventos imprevisíveis e urgentes, como calamidades públicas. Não é o caso, pois os benefícios eram obrigações previsíveis e orçamentadas.

Gabarito: C

45. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Nas eleições realizadas em outubro de 2022, uma escola do setor público funcionou como seção eleitoral para a realização da votação. A escola geralmente recebe R\$5.000 ao ceder o seu espaço para a realização de outras atividades, no entanto, como se tratava de eleições, a escola cobrou R\$4.500. Em outubro de 2022, a escola reconheceu uma receita

- A) com contraprestação de R\$4.500.
- B) com contraprestação de R\$5.000.
- C) sem contraprestação de R\$4.500.
- D) sem contraprestação de R\$5.000.

Comentários

Primeiramente, precisamos compreender o conceito de transação com e sem contraprestação. Senão, vejamos:

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP):

Transações com Contraprestação é aquela em que **a entidade recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e entrega valor aproximadamente igual em troca**, prioritariamente sob a **forma de dinheiro, bens, serviços ou uso de ativos**.

Transação sem contraprestação em geral, é aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e em contrapartida entrega valor irrisório ou nenhum valor em troca. Considera-se, ainda, como transação sem contraprestação, a situação em que a entidade fornece diretamente alguma compensação em troca de recursos recebidos, mas tal compensação não se aproxima do valor justo dos recursos recebidos.

Feita essa contextualização, perceba que a escola é utilizada como seção eleitoral pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e recebeu R\$ 4.500 para que o órgão utilizasse suas dependências no período de votação. Como o órgão desembolsou esse montante e, em troca, a escola cedeu o espaço, estamos diante de uma transação com contraprestação.

A título de complemento, vejamos os exemplos de receita sem e com contraprestação, trazidos pela NBC TSP 01 e 02, respectivamente:

Segundo o item 5 da NBC TSP 01 - Receitas de Transações Sem Contraprestação, embora as receitas recebidas pelas entidades do setor público se originem tanto das transações com contraprestação quanto das transações sem contraprestação, a maioria das receitas dos governos e de outras entidades do setor público é derivada tipicamente de transações sem contraprestação como: (a) **Tributos**; e (b) **Transferências** (monetárias ou não monetárias), incluindo **subsídios, perdão de dívidas, multas, heranças, presentes, doações, produtos e a porção fora do mercado de empréstimos subsidiados** recebidos.

Por outro lado, segundo o item 5 da NBC TSP 02 - Receita de Transação Com Contraprestação, exemplos de transações com contraprestação são: (a) a **compra ou a venda de bens ou serviços**; ou (b) o **aluguel ou arrendamento** de itens do ativo imobilizado a valor de mercado.

Gabarito: A

46. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) No ambiente empresarial, é cada vez mais relevante a criação de regras claras e de consciência sobre a importância do combate às irregularidades e aos desvios de conduta. Uma cultura de integridade é pautada por ética e transparência nos negócios e nas relações de trabalho e se baseia em um conjunto de regras, normas, políticas, processos e ferramentas voltado a prevenir, detectar e corrigir eventuais desvios. Além disso, deve-se incentivar a implantação de boas práticas de governança, programas de compliance, mecanismos de gerenciamento de riscos e controles internos. Em relação ao tema, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A governança corporativa se resume em mitigar prejuízos causados pelos conflitos de interesses entre acionistas e gestores.

() O compliance é o instrumento de comprovação de aderência a normas e requerimentos estabelecidos, tanto o alinhamento a regras internas como o atendimento a normas externas decorrentes de leis e regulamentos.

() Risco de compliance é o risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos reputacionais, medidas administrativas ou criminais aplicadas à empresa, decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais, regulamentares, normas, autorregulações, padrões técnicos ou códigos de conduta.

() Assédios, bullying, discriminação, conduta trabalhista ilícita e outros tipos de comportamentos abusivos não causam danos à reputação da empresa, ao clima organizacional e aos colaboradores, nem geram impacto nos resultados. As afirmativas são, respectivamente,

- A) V – F – F – F.
- B) F – V – V – V.
- C) F – F – V – V.
- D) F – V – V – F.

Comentários:

ITEM I – FALSO: segundo a IBGC, governança corporativa é um sistema formado por princípios, regras, estruturas e processos pelos quais as organizações são dirigidas e monitoradas, **com vistas à geração de valor sustentável para a organização, para seus sócios e para a sociedade em geral.** Quando as organizações aderem aos princípios da governança corporativa (INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA, EQUIDADE, RESPONSABILIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE), elas podem reduzir efetivamente o risco de prejuízos aos acionistas e garantir que sejam alcançados os objetivos de negócios definidos. O erro é “resume”.

ITEM II – VERDADE: “estar em *compliance*” é estar em conformidade com leis e regulamentos internos e externos.

ITEM III – VERDADE: risco de *compliance* é o risco de sanções legais ou regulamentares, perdas financeiras ou mesmo perdas reputacionais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais, regulamentares, códigos de conduta etc.

ITEM IV – FALSO: os erros são “não” e “nem”.

Gabarito: D

47. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Com base na NBC TA 705 – MODIFICAÇÕES NA OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE, o tipo de parecer que o Auditor deve emitir quando, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis é

- A) a opinião com ressalva.
- B) a opinião adversa.
- C) a abstenção de opinião.
- D) o parágrafo de ênfase.

Comentários:

A questão aborda uma situação em que o auditor, após realizar seus procedimentos e obter evidências suficientes, conclui que as distorções nas demonstrações contábeis são relevantes e generalizadas, ou seja, afetam significativamente a qualidade e a confiabilidade das informações apresentadas. Diante disso, a NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente estabelece que tipo de parecer deve ser emitido nesse caso.

Natureza do assunto que gerou a modificação	Julgamento do auditor sobre a disseminação de forma generalizada dos efeitos ou possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis	
	Relevante, mas não generalizado	Relevante e generalizado
Demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes	Opinião com ressalva	Opinião adversa
Impossibilidade de se obter evidência de auditoria apropriada e suficiente	Opinião com ressalva	Abstenção de opinião

Vamos analisar cada alternativa:

(A) a opinião com ressalva.

Alternativa incorreta. A opinião com ressalva é emitida quando o auditor identifica distorções que são relevantes, mas não generalizadas, ou quando há limitação no escopo do trabalho que afeta apenas partes específicas das demonstrações. No caso da questão, as distorções são generalizadas, ou seja, impactam as demonstrações contábeis como um todo, o que exige um parecer mais severo. Portanto, essa alternativa não se aplica.

(B) a opinião adversa.

Alternativa correta. A opinião adversa é o parecer adequado quando o auditor conclui que as distorções são tão relevantes e generalizadas que as demonstrações contábeis, como um todo, não representam adequadamente a situação financeira da entidade. A NBC TA 705 prevê esse tipo de modificação quando os efeitos das distorções comprometem a fidedignidade das informações de forma ampla. Assim, essa é a resposta correta.

(C) a abstenção de opinião.

Alternativa incorreta. A abstenção de opinião ocorre quando o auditor não consegue obter evidências suficientes para formar uma conclusão (por exemplo, devido a limitações extremas no escopo). No caso da questão, o auditor já obteve evidências suficientes e concluiu que as distorções são relevantes e generalizadas, o que exige uma manifestação direta (opinião adversa), não a ausência de opinião.

(D) o parágrafo de ênfase.

Alternativa incorreta. O parágrafo de ênfase é utilizado para destacar uma questão relevante já adequadamente divulgada nas demonstrações contábeis, sem que isso afete a opinião do auditor (que pode ser limpa ou com ressalva). Ele não se aplica a casos em que há distorções generalizadas, pois sua função é apenas chamar a atenção para algo, não expressar uma restrição ou rejeição às demonstrações.

Gabarito: B

48. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Joaquim, auditor renomado, foi consultado pela firma de auditoria Novos Auditores ABC, com a seguinte problemática: ao realizarem a análise do Balanço Patrimonial de um de seus clientes, foi constatado um valor substancial de Fornecedores em seu Passivo em todos os meses, caracterizando um acordo firmado de maneira recorrente; apesar disso, não foi encontrado na documentação de seu cliente o contrato que assegurasse essa relação contratual. De acordo com a NBC TA 500 - EVIDÊNCIA DE AUDITORIA, nessa situação hipotética, assinale o procedimento mais adequado que Joaquim deveria indicar à firma Novos Auditores ABC, para que eles confirmassem tal relação.

- A) Observação.
- B) Recálculo.
- C) Análise Recombinante.
- D) Confirmação Externa.

Comentários:

A questão apresenta um cenário em que a firma de auditoria Novos Auditores ABC identificou um valor significativo de Fornecedores no passivo de um cliente, evidenciando uma relação recorrente, mas sem contrato formal que comprove essa obrigação. Diante disso, o auditor Joaquim deve recomendar o procedimento mais adequado, conforme a NBC TA 500 - Evidência de Auditoria, para confirmar a existência e a legitimidade dessa dívida.

Vamos analisar cada alternativa:

(A) Observação.

Alternativa incorreta. A observação é um procedimento de auditoria que consiste em examinar processos ou atividades sendo executadas, como a contagem física de estoques ou a verificação de procedimentos operacionais. No caso em questão, o problema não está relacionado a um processo que possa ser visualizado, mas, sim, à validação de uma obrigação contábil (fornecedores) que carece de documentação formal. Portanto, esse método não seria eficaz para confirmar a relação com os fornecedores.

(B) Recálculo.

Alternativa incorreta. O recálculo é utilizado para verificar a exatidão matemática de registros contábeis, como cálculos de depreciação, juros ou folha de pagamento. No caso apresentado, o problema não é um erro de cálculo, mas, sim, a falta de comprovação documental da dívida com fornecedores. Assim, essa técnica não resolveria a questão central.

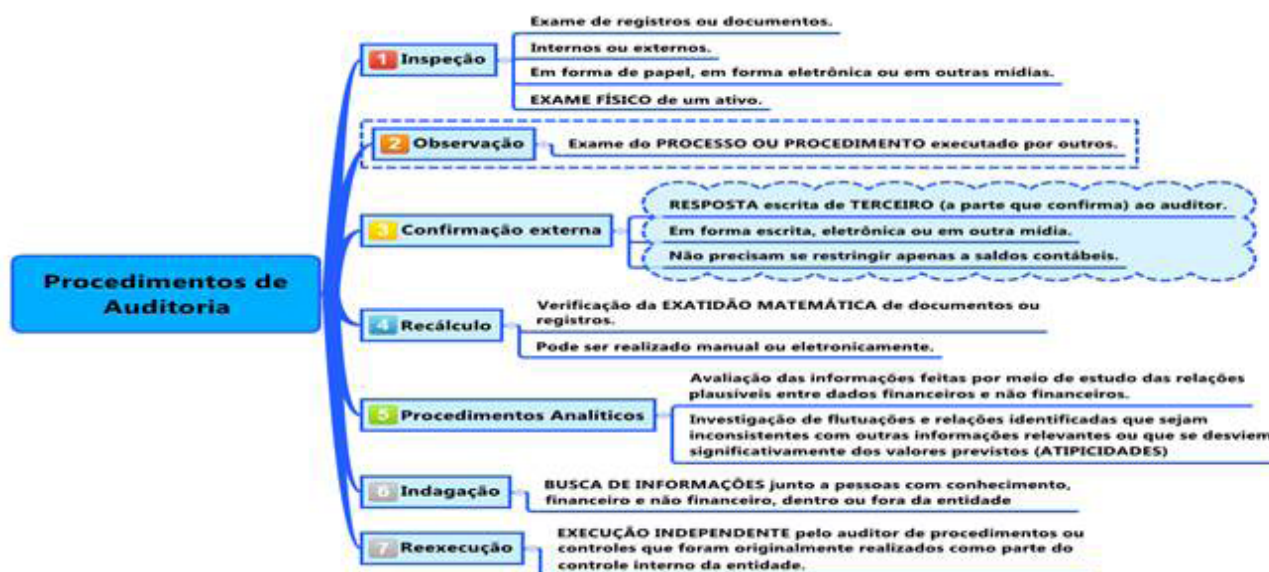
(C) Análise Recombinante.

Alternativa incorreta. O termo "análise recombinate" não é um procedimento reconhecido pelas normas de auditoria (NBC TA). Pode ser uma distração ou um termo equivocado. A NBC TA 500 trata de procedimentos como inspeção, observação, confirmação externa, entre outros, mas não menciona essa expressão. Portanto, essa alternativa está incorreta.

(D) Confirmação Externa.

Alternativa correta. A confirmação externa ou circularização é um dos procedimentos mais adequados nesse caso, pois consiste em solicitar diretamente a terceiros (no caso, os fornecedores) a confirmação dos valores e termos da dívida. Como não há contrato interno que comprove a relação, a auditoria deve buscar evidências externas para validar a existência e os valores registrados. A NBC TA 500 prevê esse método como essencial para confirmar saldos e transações com partes externas, como fornecedores, bancos e clientes.

A título de complemento, vejamos um esquema com os principais procedimentos de auditoria segundo a NBC TA 500(R1):



Gabarito: D

49. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) No que tange ao conceito de honorários da perícia contábil, é correto afirmar, com base na NBC PP 01 (R1) – PERITO CONTÁBIL, que

- A) os honorários periciais fixados ou arbitrados e não quitados podem ser executados, judicialmente, pelo perito em conformidade com os dispositivos do Código de Processo Civil.
- B) ainda que a perícia seja considerada inconclusiva ou ineficiente, não há hipótese prevista em lei que determine a devolução parcial ou total dos valores recebidos.
- C) o perito nomeado pode requerer a liberação de até 30% dos honorários depositados, quando julgar necessário para o custeio antes do início dos trabalhos.
- D) na elaboração da proposta de honorários, o perito deve considerar, entre outros fatores: quem será o magistrado da causa; quem são as partes da causa; a complexidade da matéria e o prazo estabelecido para o recebimento dos honorários.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa:

(A) os honorários periciais fixados ou arbitrados e não quitados podem ser executados, judicialmente, pelo perito em conformidade com os dispositivos do Código de Processo Civil. Correto, esse é nosso gabarito e está de acordo com a NBC PP 01, item 40:

40. Os honorários periciais fixados ou arbitrados e não quitados podem ser executados, judicialmente, pelo perito contábil em conformidade com os dispositivos do Código de Processo Civil.

(B) ainda que a perícia seja considerada inconclusiva ou ineficiente, **não há hipótese prevista em lei que determine a devolução parcial ou total dos valores recebidos**. Errado, o item 39 da NBC PP 01 afirma que, quando a perícia for considerada inconclusiva ou ineficiente, ou quando o perito for substituído, pode a autoridade competente **determinar a redução ou devolução do valor dos honorários já recebidos**:

39. Quando a perícia for considerada inconclusiva ou deficiente, ou quando o perito for substituído, pode a autoridade competente determinar a redução ou a devolução do valor dos honorários já recebidos, condição que obriga o perito contábil a obedecer ao comando decisório e efetuar a devolução do valor determinado.

(C) o perito nomeado pode requerer a liberação de **até 30%** dos honorários depositados, quando julgar necessário para o custeio antes do início dos trabalhos. **Errado**, o item 38 da NBC PP 01 afirma que o perito nomeado pode requerer a liberação **de até 50% dos honorários** depositados, quando julgar necessário para o custeio antes do início dos trabalhos, sendo defeso o perito receber honorários diretamente dos litigantes ou de seus procuradores ou prepostos, salvo disposição em contrário determinada pela autoridade competente:

38. O perito nomeado pode requerer a liberação de até 50% dos honorários depositados, quando julgar necessário para o custeio antes do início dos trabalhos, sendo defeso o perito contábil receber honorários diretamente dos litigantes ou de seus procuradores ou prepostos, salvo disposição em contrário determinada pela autoridade competente.

(D) na elaboração da proposta de honorários, o perito deve considerar, entre outros fatores: **quem será o magistrado da causa**; quem são as partes da causa; a complexidade da matéria e o prazo estabelecido para o recebimento dos honorários. **Errado**, o item 32 da NBC PP 01 afirma que, na elaboração do plano de trabalho e respectiva proposta de honorários, o perito deve considerar, entre outros fatores: a relevância, o vulto, o risco, a responsabilidade, a complexidade operacional, o pessoal técnico, o prazo estabelecido e a forma de recebimento. Não há que se falar em magistrado da causa:

32. Na elaboração do planejamento e da respectiva proposta de honorários, o perito contábil deve considerar, entre outros fatores: o tempo, as etapas de trabalho previstas, a relevância, o vulto, os recursos tecnológicos, a extensão e profundidade dos exames e testes periciais, o risco, a responsabilidade, a complexidade operacional, a equipe técnica, o lugar e o tempo de execução e gestão exigidos para a prestação do serviço, as peculiaridades regionais, a forma de recebimento, os requisitos específicos de formação técnica, de habilitação legal e experiência e as condições especiais que envolvem a independência profissional, a competência e o renome do profissional e a possibilidade de ficar o perito contábil impedido de atuar em outros casos.

Além disso, o perito contábil deve primar pela evidenciação dos critérios orientativos adotados na formação do preço dentro da proporcionalidade e razoabilidade que cada caso requer, objetivando a aprovação de sua proposta de honorários.

Gabarito: A

50. (FGV/Exame de Suficiência/2024.1) Acerca dos procedimentos periciais, julgue as afirmativas a seguir, considerando as disposições da NBC TP 01 (R1) – PERÍCIA CONTÁBIL:

I. Indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.

II. Arbitramento é a determinação de valores e quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.

III. Vistoria é a análise de livros, registros de transações e documentos.

Está correto apenas o que se afirma em

- A) II.
- B) I e III.
- C) III.
- D) I e II.

Comentários:

Questão que trata sobre procedimentos periciais. Segundo o item 35 da NBC TP 01:

35. Os procedimentos periciais contábeis visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer técnico contábil e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação, testabilidade, comparação e certificação. Esses procedimentos são assim definidos:

- (a) **exame** é a análise de livros, registros de transações e documentos;
- (b) **vistoria** é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial;
- (c) **indagação** é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia;
- (d) **investigação** é a pesquisa que busca constatar o que está oculto por quaisquer circunstâncias;
- (e) **arbitramento** é a determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico;
- (f) **mensuração** é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações;
- (g) **avaliação** é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas;
- (h) **testabilidade** é a verificação dos elementos probantes juntados aos autos e o confronto com as premissas estabelecidas;
- (i) **comparação** é o ato de estabelecer relações e paralelos entre dois ou mais objetos ou estados patrimoniais ou de resultado, para analisar semelhanças ou diferenças e permitir conclusões para a tomada de decisão; e
- (j) **certificação** é o ato de atestar a informação obtida na formação da prova pericial.

Desse modo, vamos analisar cada alternativa:

I. Indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.

Alternativa correta, conforme item 35, c, da NBC TP 01.

II. Arbitramento é a determinação de valores e quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.

Alternativa correta, conforme item 35, e, da NBC TP 01.

III. Vistoria é a análise de livros, registros de transações e documentos.

Alternativa errada. A questão apresentou a definição do procedimento pericial chamado "exame". Vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.

Dessa forma, estão corretos os itens I e II.

Gabarito: D

GABARITO

PROVA TIPO 2																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	C	B	C	C	D	A	C	D	C	A	D	B	B	D	D	B	A	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	B	A	A	A	A	B	A	D	D	C	C	C	A	B	A	B	C	B	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										
A	C	A	C	A	D	B	D	A	D										

O que você achou deste e-book?

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

<https://forms.gle/S8Ct7pU8QpDFKAEKA>

Conheça nossos pacotes para o exame de suficiência do cfc!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategia.ac/q7217r>

